

# **INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ**

## **MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL**

### **ALIANÇA DE TRABALHO E MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA EM JOVENS DELINQUENTES**

Trabalho submetido por

**Maria Beatriz da Costa Rodrigues Ferreira Pires**

para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

**outubro de 2023**



# **INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ**

## **MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL**

### **ALIANÇA DE TRABALHO E MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA EM JOVENS DELINQUENTES**

Trabalho submetido por  
**Maria Beatriz da Costa Rodrigues Ferreira Pires**  
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por  
**Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Cristina Neves**

**outubro de 2023**



## **Agradecimentos**

Caros leitores/as,

O que estão prestes a ler, já dizia a minha Orientadora Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Cristina Neves, “é inédito”! A si, só tenho a agradecer pelas horas dispensadas cheias de adrenalina e nada fáceis. Obrigada por tudo, vou ter saudades de estar consigo.

Mãe e Pai, não existem palavras para vos agradecer por tudo o que têm feito por mim. Mesmo quando não me punham os olhos em cima durante dias, foram e vão ser sempre o meu maior apoio. Vovocas, obrigada pelas palavras de motivação nos momentos certos e por todo o carinho que aquece o coração. Amo-vos. Esta tese não é só minha, é nossa.

Roxy, o meu coração fora do peito e companheira de todas as horas.

Fam, tenho com certeza a quem sair. Obrigada por não se chatearem pelas ausências nos eventos familiares e pelas horas de gargalhadas.

Às minhas amigas de sempre, Mar e Bibi, não sei o que seria de mim sem vocês. Ervilhas, livros e perfumes nunca fizeram tanto sentido juntos.

Às minhas companheiras, Tu’na Comes, Txicas, Madrinhas Desesperadas e Mestra, fizemos história e fomos tão felizes. Sem vocês, nada disto seria possível (literalmente, é de louvar a equipa de coordenação da tese). Obrigada, a nossa verdade universal é, sem dúvida, “o que a Egas uniu, ninguém separa”.

Madri e Padri, os que me apresentaram a vida boémia e me aconselharam desde o início.

Às minhas afilhadas, Filipa, Catarina, Carolina, Carol e Glenda, ainda não sei o que vos passou pela cabeça quando tomaram esta decisão, mas sinto um orgulho gigante por cada uma de vós. Obrigada por confiarem em mim.

Aos restantes que me acompanharam durante estes 5 anos, terão sempre um lugar muito especial no meu coração. São inesquecíveis, obrigada.

À Muy Nobre Academia, a minha casa durante este percurso controverso, mas que me fez tão feliz. Memórias que ficam para sempre. “Não se explica, sente-se”.

E pro último ato académico não vai nada, nada, nada, TUDO!

Obrigada pela atenção, see you soon.



## Resumo

A aliança de trabalho é uma ferramenta crucial que possibilita alterações cognitivas e comportamentais estáveis e positivas. Em contexto forense, apesar da menor predisposição para a colaboração com os profissionais, a aliança é um pré-requisito para a reintegração social e prevenção da reincidência criminal. Aliado a este conceito surge a motivação para a mudança, uma vez que o estabelecimento de uma relação de apoio entre o profissional e o ofensor aumenta a motivação para a alteração dos comportamentos desviantes. No contexto do Sistema Tutelar Educativo, em Portugal, existe uma lacuna nos estudos científicos desenvolvidos com jovens delinquentes que explorem a qualidade da aliança de trabalho, a sua motivação para a mudança e a associação entre ambas. Assim, o presente estudo apresenta como questão de investigação: “Será que existe associação entre a qualidade da aliança de trabalho e a motivação para a mudança em jovens delinquentes?”. A amostra da investigação foi constituída por 23 jovens (12 do sexo feminino e 11 do sexo masculino), com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, a cumprir Medida Tutelar Educativa (MTE) num Centro Educativo (CE) da região de Lisboa. A aliança de trabalho foi avaliada através do Inventário da Aliança Terapêutica (IAT) e do *Working Alliance Inventory for Children and Adolescents* (WAI-CA). A motivação para a mudança foi analisada através da *University of Rhode Island Change Assessment* (URICA). Para avaliar o nível de satisfação do jovem com uma sessão de acompanhamento foi utilizada a *Session Rating Scale* (SRS). De acordo com os resultados desta investigação, comprova-se que quando os valores da qualidade da aliança de trabalho com o técnico aumentam, a motivação para a mudança também aumenta. Em específico, os resultados demonstram que os indicadores da motivação para a mudança aumentam, consoante aumentam determinados aspetos da qualidade da relação com o técnico (e.g., vínculo). Relativamente à idade dos participantes, não foi encontrada uma associação com ambas as variáveis. Por fim, à medida que o tempo de acompanhamento aumenta, diminui a concordância com as tarefas propostas.

**Palavras-chave:** aliança de trabalho, motivação para a mudança, jovens delinquentes



### Abstract

The working alliance is a crucial tool that allows for positive and stable cognitive and behavioral changes. In the forensic context, despite there being a minor predisposition for collaboration with professionals, the alliance is a prerequisite for social reinstatement and prevention of criminal recidivism. Combined with this concept, there is a motivation for change since the establishment of a relationship of support between the professional and the offender increases the motivation for change in deviant behaviors. In the context of the juvenile justice system, in Portugal, there is a gap in the scientific studies developed with delinquent youth that explore the quality of the working alliance, its motivation for change and the association between both. Therefore, the present study presents the following question: "Is there an association between the quality of the working alliance and the motivation for change in delinquent youth?". The sample of the investigation is constituted of 23 adolescents (12 females and 11 males), with ages between 13 and 18 years, in a juvenile justice facility in Lisbon. The working alliance was evaluated through the Working Alliance Inventory (WAI) and the Working Alliance Inventory for Children and Adolescents (WAI-CA). The motivation for change was analyzed through the University of Rhode Island Change Assessment (URICA). To evaluate the level of satisfaction of the adolescent with a follow-up session, the Session Rating Scale (SRS) was used. The results of the present investigation, demonstrate that when the quality values of the working alliance with the technician increase, the motivation for change also increases. In specific, the results show that the indicators for motivation increase certain quality aspects of the relation with the technician (e.g., bond). About the age of the participants, an association between both variables was not found. Finally, as the follow-up time increases, the agreement with the proposed tasks decreases.

**Key words:** *working alliance, motivation for change, delinquent youth*



**Índice Geral**

Índice de Figuras .....	7
Índice de Tabelas.....	9
Lista de Abreviaturas.....	11
Delinquência Juvenil .....	13
Intervenção em Jovens Delinquentes .....	16
Aliança de Trabalho.....	19
Motivação para a Mudança.....	22
Aliança de Trabalho e Motivação para a Mudança .....	25
O Presente Estudo.....	26
Método.....	29
Participantes.....	29
Instrumentos.....	30
Inventário da Aliança Terapêutica (IAT).....	30
Working Alliance Inventory for Children and Adolescents (WAI-CA).....	31
University of Rhode Island Change Assessment (URICA).....	31
Session Rating Scale (SRS).....	32
Procedimento .....	33
Resultados.....	35
Análises Descritivas.....	35
Correlações entre a Aliança de Trabalho e a Satisfação com a Sessão.....	37
Correlações entre a Aliança de Trabalho e a Motivação para a Mudança.....	39
Correlações com a Idade e com o Tempo de Acompanhamento.....	41
Discussão .....	43
Implicações Práticas.....	46
Limitações do Estudo Empírico e Estudos Futuros .....	47
Referências .....	49



**Índice de Figuras**

Figura 1. *Evolução das ocorrências registradas da delinquência juvenil nos últimos 10 anos (RASI, 2022)*



## Índice de Tabelas

Tabela 1. *Dados Sociodemográficos*

Tabela 2. *Análise descritiva do WAI-CA*

Tabela 3. *Análise descritiva do IAT*

Tabela 4. *Análise descritiva da URICA*

Tabela 5. *Análise descritiva da SRS*

Tabela 6. *Correlações entre as pontuações do WAI-CA e IAT com as pontuações da SRS*

Tabela 7. *Correlações entre as pontuações do WAI-CA, IAT e SRS com as pontuações da URICA*



### **Lista de Abreviaturas**

CE – Centro Educativo

DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

GNR – Guarda Nacional Republicana

IAT – Inventário da Aliança Terapêutica

LTE – Lei Tutelar Educativa

MCG – Medida Cautelar de Guarda

MTE – Medida Tutelar Educativa

MTI – Medida Tutelar de Internamento

PEP – Projeto Educativo Pessoal

PIE – Projeto de Intervenção Educativo

PSP – Polícia de Segurança Pública

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RNR – Modelo Risco-Necessidade-Responsividade

SRS – *Session Rating Scale*

URICA – *University of Rhode Island Change Assessment*

WAI – *Working Alliance Inventory*

WAI-CA – *Working Alliance Inventory for Children and Adolescents*



## **Delinquência Juvenil**

A adolescência é considerada uma fase do desenvolvimento que apresenta um elevado impacto na vida dos jovens, por desencadear transformações que culminam no alcance de autonomia, independência e identidade. Simultaneamente, é um período que gera alterações frequentes de humor, instabilidade emocional e desenvolvimental, insegurança, ansiedade, frustração, necessidade de aprovação e imaturidade psicossocial, o que pode originar comportamentos agressivos, de conflito e oposição, que vão ao encontro da delinquência juvenil (Ferreira, 1997; Steinberg, 2008).

Ao longo do tempo, a delinquência juvenil tem-se tornado uma preocupação crescente, devido à intensificação da sua visibilidade e mediatização. Consequentemente, a insegurança da sociedade relativamente a este fenómeno aumenta e a sua capacidade de tolerância face a comportamentos delinquentes diminui (Carvalho, 2000; Lourenço et al., 1998). A heterogeneidade e multidimensionalidade da delinquência juvenil pressupõe que o seu conceito não seja único nem de fácil definição, sendo que diversas disciplinas e áreas do saber, como a Psicologia, a Sociologia e o Direito, têm contribuído para a compreensão deste construto (Duarte et al., 2015; Negreiros, 2010 citado por Mendonça, 2015).

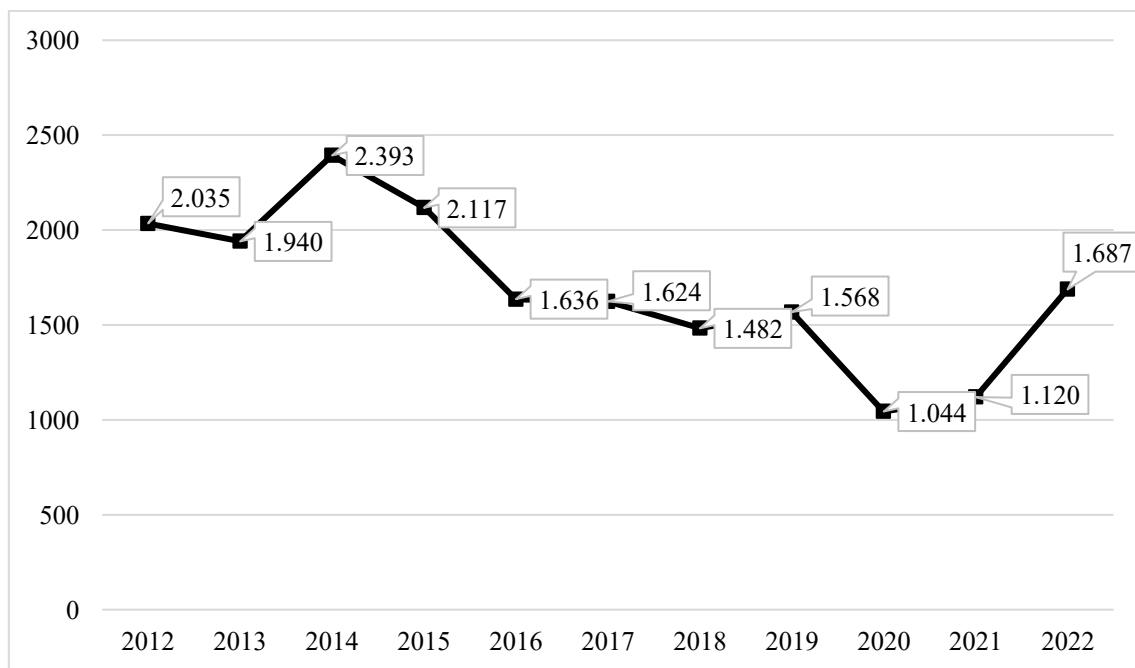
A Psicologia e a Psiquiatria definem este fenómeno como o comportamento antissocial clinicamente significativo, ou seja, o padrão comportamental perturbado que não está de acordo com o que é considerado como funcionamento normal, tendo em conta a sua persistência no tempo e o impacto na vida do indivíduo. Por outro lado, de acordo com a Sociologia, a definição baseia-se no comportamento que se afasta dos padrões e regras sociais estabelecidos por uma determinada cultura (Duarte et al., 2015; Negreiros, 2010 citado por Mendonça, 2015).

Atualmente, a definição de delinquência juvenil mais consensual pressupõe um contacto oficial com o sistema de justiça e especifica a infração, por parte de menores, das normas, expectativas e condutas estipuladas pela sociedade, com consequente exteriorização de comportamentos antissociais, ações essas puníveis por lei (Carvalho, 2003; Duarte et al., 2015; Ferreira, 1997; Magalhães et al., 2016; Negreiros, 2010 citado por Mendonça, 2015). Especificamente em Portugal, o controlo formal da delinquência juvenil incide na execução da Lei Tutelar Educativa (LTE), aplicada a todos os jovens dos 12 aos 16 anos, que pratiquem um facto qualificado como crime e necessitem de

educação para o direito, sendo que a sua concretização poderá decorrer até aos 21 anos, no máximo (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

As estatísticas referentes à delinquência juvenil, a nível nacional, indicam oscilações nos últimos anos. Os valores simbolizam apenas possíveis medidas, pois a informação é obtida através dos casos detetados pelos órgãos de polícia criminal, a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP) (Carvalho, 2013; RASI, 2022). A Figura 1 apresenta as ocorrências registadas da delinquência juvenil nos últimos 10 anos, em contexto nacional.

Figura 1  
Evolução das ocorrências registadas da delinquência juvenil nos últimos 10 anos (RASI, 2022)



Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), em 2012 o número total de ocorrências registadas foi de 2.035. Em 2013 foram efetuadas 1.940 participações, o que correspondeu a uma diminuição de 4,7%. No ano de 2014 foi atingido o pico com 2.393 participações, que representou um aumento de 23,4%. Em 2015 registaram-se 2.117 ocorrências, apresentando uma diminuição de 11,5%. O ano de 2016 registou 1.636 ocorrências, correspondendo a uma diminuição de 22,7%, comparativamente ao ano anterior. Em 2017 com uma diminuição de 0,7%, efetuaram-se 1.624 participações. Com uma diminuição de 8,7% no ano de 2018, foram registadas 1.482 ocorrências. No ano de 2019 consideraram-se 1.568 ocorrências, com uma diminuição de 5,8%. Em 2020 comprovou-se uma diminuição de 33,4%, com 1.044 participações. Um fundamento plausível para esta atenuação considerável no número de

participações poderá ser explicado pela pandemia do vírus COVID-19 que teve início nesse ano. No ano de 2021 foram registradas 1.120 participações, com um aumento de 7.3% relativamente ao ano anterior. Por fim, em 2022 ocorreu novamente um aumento significativo de 50.6%, correspondendo a 1.687 ocorrências (RASI, 2022).

Desta forma, o aumento das taxas de prevalência relativamente à delinquência juvenil é uma das maiores preocupações da sociedade, uma vez que os jovens delinquentes poderão tornar-se adultos ofensores com condutas antissociais mais graves, versáteis, frequentes e prolongadas (Farrington, 1992; Moffitt, 1993).

Os estudos desenvolvidos sobre a problematização da delinquência juvenil tendem a verificar que existe um número mais elevado de fatores de risco em comparação ao número de fatores de proteção, sendo que os jovens encontram mais razões que os conduzem a comportamentos delinquentes do que mecanismos que os inibam de perpetuar tais comportamentos (Magalhães et al., 2016).

Os fatores de proteção para o desenvolvimento de comportamentos delinquentes, ao nível social, englobam o estabelecimento de relacionamentos estáveis, pertença a grupos de pares com comportamentos pró-sociais, relações de proximidade com a comunidade e baixa criminalidade na área de residência. Ao nível familiar, os fatores protetores são a boa relação intrafamiliar, supervisão parental, práticas parentais positivas, ambiente de vinculação positivo com a família e relações afetivas e securizantes. Os fatores individuais mais mencionados na literatura são a pouca ousadia, elevada inteligência não-verbal, orientação pró-social, elevada capacidade de resiliência e comunicação, bom desempenho académico, atitudes negativas face à violência e estratégias de resolução de conflitos positivas (Farrington et al., 2016; Ferreira, 1997; Masten & Cicchetti, 2016; Nardi & Dell'Aglio, 2010; Simões et al., 2008; Teplin et al., 2002).

No que diz respeito aos fatores de risco, em contexto social, a associação com pares delinquentes e rejeição social surgem como fatores indicadores para o envolvimento em comportamentos de risco, nomeadamente, para o consumo de estupefacientes e tendências antissociais. O próprio ambiente envolvente pode despoletar comportamentos delinquentes, como meios de baixo nível socioeconómico com episódios frequentes de violência e elevados níveis de criminalidade. A família é considerada primordial para a explicação do ingresso no mundo do crime, devido às consequências da falta de afeto, ambientes familiares violentos, práticas parentais

desadequadas, experiências de vitimação, história criminal familiar, conflito parental, rotura familiar, negligência, abandono, pobreza, baixo rendimento e condições de vida precárias. Os fatores de risco a nível individual mais relevantes são a impulsividade, baixa autoestima, agressividade, falta de autocontrolo, comportamento de oposição, stress, reduzidas competências pessoais e de tomada de decisão, atitudes positivas face à violência, problemas de aprendizagem, insucesso escolar e absentismo (Farrington et al., 2016; Ferreira, 1997; Hutz, 2002; Ireland, et al., 2002; Nardi & Dell'Aglio, 2010; Oliveira, 2011; Sampson & Laub, 2005; Simões et al., 2008; Stouthmer-Loeber et al., 2002; Teplin et al., 2002).

Devido à crescente intensificação dos fatores que promovem o envolvimento dos jovens em comportamentos de delinquência juvenil, torna-se fundamental o desenvolvimento de intervenções junto dos jovens delinquentes (Andrews et al., 1990; Lipsey & Wilson, 2001; Marshall & Serran, 2004).

### **Intervenção em Jovens Delinquentes**

A probabilidade de a delinquência juvenil persistir é elevada se não existir uma intervenção adequada do sistema judicial no sentido de modificar os comportamentos desviantes, em relação à norma, e alterar as atitudes pró-criminais para atitudes pró-sociais (Greenwood, 2008).

Neste sentido, as intervenções devem englobar protocolos estruturados, com foco no desenvolvimento de competências, valores e crenças pró-sociais, utilização de modelos cognitivo-comportamentais e técnicas de aprendizagem social, prevenção e avaliação do risco de reincidência através da aplicação de instrumentos estruturados (Andrews et al., 1990; Azevedo & Duarte, 2014; Lipsey & Wilson, 2001; Marshall & Serran, 2004).

A investigação atual enfatiza três componentes principais para melhorar a eficácia das intervenções nos estabelecimentos de justiça juvenil, o conteúdo das intervenções, o clima social e a motivação para iniciar o tratamento (Harder et al., 2013; Van der Helm et al., 2013).

O conteúdo das intervenções pode ter por base a formação em competências sociais, resolução de problemas, desenvolvimento da empatia e terapia com foco no trauma (Koehler et al., 2013; Lipsey, 2009; Matthews & Hubbard, 2007).

O clima social é considerado fundamental para o desenvolvimento e progresso dos jovens, com base no vínculo com os profissionais, que deve incluir interações individuais que demonstrem mutualidade e empatia (Lanctôt et al., 2016; Mulvey et al., 2010; Schubert et al., 2012).

A motivação para iniciar o tratamento é identificada como o fator mais importante para a diminuição da reincidência, que depende da alteração das percepções, expectativas e objetivos dos jovens durante a medida de internamento, experiências anteriores de cuidado e qualidade das relações com os profissionais (Olver et al., 2011; Orsi et al., 2010).

Uma intervenção eficaz deve ser individual e planificada para cada jovem, com o objetivo de ajustar o método às necessidades individuais, ao nível do risco de reincidência, no fortalecimento dos fatores de proteção e no envolvimento da família e comunidade (Azevedo & Duarte, 2014).

O Modelo Risco-Necessidade-Responsividade (RNR) é considerado, por diversos autores, como o mais influente para esta população, visto que defende que a intervenção deve ser individualizada e pelo facto de ser eficaz na redução das taxas de reincidência. Este envolve três princípios essenciais, o princípio do risco, o princípio da necessidade e o princípio da responsividade (Andrews et al., 1990; Bonta & Andrews, 2007; Smith et al., 2009; Ward et al., 2007).

O princípio do risco define que o grau e intensidade da intervenção e supervisão deve ser proporcional ao nível de risco de reincidência, sendo necessário mais tempo, energia e recursos para graus de risco mais elevados (Andrews et al., 1990; Bonta & Andrews, 2007; Smith et al., 2009; Ward et al., 2007).

O princípio da necessidade refere que a intervenção deve ter como foco as necessidades criminógenas de cada ofensor, visto que são os fatores que apresentam maior possibilidade de mudança (Andrews et al., 1990; Bonta & Andrews, 2007; Smith et al., 2009; Ward et al., 2007).

O princípio da responsividade indica que a intervenção deve basear-se em métodos com eficácia na redução da reincidência e adequada à capacidade de resposta e estilo de aprendizagem de cada ofensor. Este engloba a responsividade geral, com utilização de técnicas cognitivo-comportamentais, e a responsividade específica, em que a intervenção deve ser destinada a competências individuais, estilos de vida, cultura,

personalidade e pontos fortes. Neste princípio é necessária a identificação de necessidades não-criminógenas, como a motivação, que é considerada um conceito essencial e pode condicionar a intervenção destinada às necessidades criminógenas (Andrews et al., 1990; Bonta & Andrews, 2007; Smith et al., 2009; Ward et al., 2007).

Assim sendo, torna-se evidente a necessidade da existência de medidas jurídicas específicas para a reeducação dos jovens delinquentes através da elaboração de um projeto de vida favorável à sua reinserção na sociedade (Nardi & Dell'Aglio, 2010).

Em contexto nacional, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) é o “organismo responsável pela prevenção criminal, execução de penas, reinserção social e gestão dos sistemas tutelar educativo e prisional” (DGRSP, 2023). No âmbito da delinquência juvenil, a LTE prevê a Intervenção Tutelar Educativa que tem o objetivo de permitir a aprendizagem e interiorização de valores e regras sociais em vez de ser uma forma de punição, seguindo a orientação do princípio do superior interesse do jovem (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

A LTE pode ser executada através do internamento em Centro Educativo (CE), inserido na ação da DGRSP, com o objetivo de prevenir a reincidência criminal e promover a reinserção social. Esta orienta os jovens a cumprir medida, designados por educandos, a interiorizar valores em conformidade com o direito e adquirir meios para viver de modo social e juridicamente responsável, através do afastamento provisório do seu meio habitual e da aplicação de programas educativos e terapêuticos. Esta Medida Tutelar Educativa (MTE) é a única que priva os jovens da liberdade, por isso é aplicada em último caso (Decreto-lei n.º 323-D/2000, de 20 de dezembro; DGRSP, 2023; Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

Os CE's destinam-se a acolher os jovens, por determinação de decisão judicial através de medidas privativas de liberdade, nomeadamente, Medida Cautelar de Guarda (MCG), Internamento para a realização de Perícia sobre a Personalidade, Medida de Detenção e Medida Tutelar de Internamento (MTI) (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

A MTI é a mais grave e de último recurso, podendo ocorrer em regime aberto, semiaberto e fechado. O regime aberto aplica-se quando o jovem comete factos qualificados como crime menos graves, residindo no CE, num período mínimo de seis meses e máximo de dois anos, mas frequenta as atividades formativas e socioeducativas

no exterior e pode sair sempre que a avaliação do seu comportamento o permita (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

O regime semiaberto com a mesma duração do anterior, aplica-se quando o jovem comete um facto qualificado como crime contra pessoas, ou dois ou mais com correspondência a pena máxima superior a três anos, frequenta as atividades no interior do CE, sendo que, se o seu comportamento o permitir, pode passar férias e fins-de-semana fora (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

O regime fechado com duração mínima de seis meses e máxima de três anos, aplica-se quando o jovem, com idade igual ou superior a 14 anos, cometa um facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima de prisão superior a cinco anos, ou dois ou mais factos contra pessoas qualificados como crime a que corresponda pena máxima superior a três anos, reside e frequenta as atividades no CE, com saídas estritamente limitadas a motivos excecionais e sempre com acompanhamento (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

Cada CE dispõe de um Projeto de Intervenção Educativo (PIE) que define a evolução das fases de intervenção com diferenciação dos objetivos e estipula programas terapêuticos para auxiliar os educandos a demonstrarem comportamentos socialmente ajustados. Os jovens, conforme a manifestação de competências pró-sociais, evoluem no CE por quatro fases de intervenção (Integração, Aquisição, Consolidação e Autonomia), progredindo de fase em função do Projeto Educativo Pessoal (PEP), que distingue os objetivos a alcançar, a duração, os prazos e os meios de realização (DGRSP, 2023).

Com base nestes objetivos, a intervenção técnica é realizada pelo técnico-tutor de cada educando, que intervém ao nível das atitudes face à medida, fatores relevantes para o comportamento delincente, inserção familiar/social, saúde e formação escolar/profissional, com o objetivo de orientar, monitorizar e supervisionar o seu percurso no CE (DGRSP, 2023).

### **Aliança de Trabalho**

A relação entre o profissional do sistema de justiça e o jovem delincente pode ser definida como aliança de trabalho, considerada essencial para o alcance de uma intervenção eficaz. Segundo Bordin (1979) existem três componentes essenciais de uma aliança de trabalho de elevada qualidade: negociação e consenso relativamente aos

objetivos da terapia/tratamento em termos de resultados; colaboração e acordo no desenvolvimento e conclusão das tarefas/atividades específicas para atingir esses objetivos; desenvolvimento de um vínculo positivo e ligações interpessoais fortes que proporcionam um contexto seguro para o crescimento pessoal, através da confiança e respeito mútuo.

No âmbito da psicoterapia, a aliança é considerada uma das variáveis mais promissoras para a adesão ao tratamento, redução de sintomas e mudança comportamental (Connors et al., 1997; Horvath & Symonds, 1991; Wolfe & Goldfried, 1988). Alguns estudos indicam que vínculos de elevada qualidade são os melhores fatores promotores de resultados desejáveis, em comparação com modelos específicos, como técnicas cognitivo-comportamentais (Asay & Lambert, 1999; Horvath & Symonds, 1991; Luborsky et al., 2002), sendo que a proximidade interpessoal pode melhorar o bem-estar do indivíduo (Kennealy et al., 2012). O terapeuta molda o comportamento do indivíduo através do reconhecimento dos comportamentos problemáticos e reforço dos comportamentos interpessoais mais úteis, com o objetivo de generalizar as melhorias que ocorrem na sessão para as interações na vida em sociedade (Follette et al., 1996; Prado & Meyer, 2004).

Investigações na área da saúde mental comprovaram que o desenvolvimento da aliança de trabalho é comum em intervenções eficazes, sendo que o profissional pode ser identificado como o motivador que visa os objetivos, a longo prazo, de mudança pessoal e comportamental, reintegração social e redução da reincidência (Burnett & McNeill, 2005; Patterson, 1984).

No contexto forense, a população está menos predisposta a colaborar com o técnico para mudar o seu comportamento e apresenta dificuldades em estabelecer um vínculo (Trotter, 1999 citado por Kennealy et al., 2012). Contudo, vários estudos com agressores comprovaram que estes consideram o desenvolvimento de relações estáveis, com os profissionais, como um pré-requisito para os influenciar a mudar (Burnett & McNeill, 2005; McNeill, 2001; Rex, 1999).

Ao longo da permanência dos ofensores no contexto forense, ocorre um progresso na relação com os profissionais deste contexto (Askola et al., 2017), que é influenciada pela forma como ambos respondem às situações do dia-a-dia (Marshall & Adams, 2018). Estes profissionais, apesar de não serem terapeutas, compartilham o

objetivo semelhante de influenciar as mudanças comportamentais, psicológicas e sociais (Burnett & McNeill, 2005).

A aliança de trabalho pode atuar como um promotor do cumprimento das normas, através do desenvolvimento da confiança e do respeito. O sentimento de compromisso é essencial na criação de legitimidade para o ofensor e promove a autonomia (Robinson, 2005; Ryals, 2011). Diversos estudos têm comprovado que a qualidade da relação previne a reincidência criminal, apesar da influência dos traços de personalidade problemáticos da população ofensora e do risco de reincidência (Dowden & Andrews, 2004; Dowling et al., 2018; Kennealy et al., 2012; Labrecque et al., 2014; Paparozzi & Gendreau, 2005; Skeem et al., 2007; Watson et al., 2018).

No estudo de Marshall e Adams (2018), profissionais de uma equipa forense relataram que desenvolver uma aliança de trabalho de qualidade envolve três etapas: aumentar a receptividade, ou seja, auxiliar os indivíduos a desenvolver *insight* sobre a sua própria recuperação, utilizando estratégias de mudança de comportamento; reconhecer o papel dos preconceitos e crenças que moldam as suas interações com os indivíduos, utilizando estratégias de imparcialidade e empatia, de modo a ter em conta o indivíduo e não a ofensa; proporcionar tempo e histórias, através da partilha de detalhes e criação de ambientes estáveis e seguros, utilizando o humor e a simpatia.

Os mesmos autores identificaram que, no que concerne à formação e manutenção de relações estáveis, a equipa relatou a importância de possuírem características como ser honesto, respeitoso, empático e demonstrar escuta ativa, tal como é essencial que os indivíduos sejam dispostos, abertos e comunicativos. Adicionalmente, a abordagem social que os técnicos utilizaram foi considerada um elemento importante para a manutenção da relação, se fossem transparentes, não ameaçadores, envolventes, receptivos, solidários e sinceros tinham interações mais positivas e respostas mais honestas. Estes perceberam que quando os seus relacionamentos eram fortes e adequados, influenciavam a identificação de áreas para melhoria e respetiva ressocialização (Marshall & Adams, 2018).

A maioria da literatura incide sobre a aliança de trabalho na intervenção com populações adultas. Porém, é igualmente crucial no processo de intervenção com jovens delinquentes, visto que compete aos técnicos criar uma relação apoiante e empática, de modo a orientar o percurso dos jovens para que estes se adaptem à

intervenção e a considerem uma oportunidade para a mudança psicossocial e comportamental (Azevedo & Duarte, 2014; Bordin, 1979; DiGiuseppe et al., 1996; DGRSP, 2023; Holmqvist & Lang, 2007; Kennealy et al., 2012; Matthews & Hubbard, 2007; Nijdam-Jones et al., 2015).

Em contexto institucional, a relação entre os técnicos e os jovens é essencial no processo de integração, aprendizagem e um fator favorável na aquisição de competências e consequente mudança comportamental (Azevedo & Duarte, 2014; Marshall & Serran, 2004; Matthews & Hubbard, 2007; Mulvey et al., 2010). Os educandos identificam o CE como um meio de aprendizagem, crescimento e maturação, que proporciona uma possibilidade de mudança de vida e referem as tutorias como momentos de promoção, de reflexão e de desenvolvimento de relacionamentos que os humanizam (Conde & Teixeira, 2017).

Embora este tipo de relação seja considerado um elemento essencial, existe uma lacuna significativa nas investigações científicas sobre a sua influência na redução do comportamento criminal e relativamente ao desafio de desenvolver e manter vínculos positivos com os delinquentes, pelo que existe uma necessidade de se desenvolverem estudos nesta temática (Barnao et al., 2015; Burnett & McNeill, 2005; Coffey, 2006; Gelso, 2014; Kennealy et al., 2012; Lewis, 2016).

### **Motivação para a Mudança**

A motivação é definida como um estado com alterações constantes da probabilidade de um indivíduo se envolver e persistir numa determinada estratégia para mudar, prevendo fortemente a mudança comportamental da população ofensora (Mann et al., 2002; Yong et al., 2015).

Assim sendo, um dos maiores desafios para o profissional forense é motivar os ofensores a considerarem a mudança, envolverem-se plenamente no tratamento e manterem os resultados ao longo do tempo (Gudjonsson et al., 2007; McMurrin & Ward, 2004).

Em particular, os jovens delinquentes, inicialmente, resistem à intervenção focalizada na mudança e demonstram pouca motivação para se comprometer com a mesma, pois acreditam que não necessitam de mudar (Orsi et al., 2010; Van der Helm et al., 2013). A motivação tende a melhorar através da disponibilização de

responsabilidades e oportunidades para promover as suas capacidades de tomada de decisão (Mathys, 2017).

O Modelo Transteórico da Mudança de Prochaska e DiClemente (1982) é considerado cada vez mais influente na mudança de comportamentos problemáticos complexos, nomeadamente na ressocialização de jovens infratores. Este defende que os indivíduos ultrapassam diferentes fases de mudança que envolvem diversos processos na tentativa de alterar o seu comportamento, sendo um modelo de mudança intencional com foco no processo de tomada de decisão do indivíduo (Casey et al., 2005; Day et al., 2006; Hemphill & Howell, 2000; McMurrin et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1986; Velicer et al., 1998; Williamson et al., 2003).

Na Pré-contemplanção, o indivíduo é resistente e desmotivado, não tem intenção de mudar, não considera ter problemas ou recusa reconhecer a necessidade de mudança. Não tem consciência das consequências dos seus atos, não demonstra intenções de mudar os seus comportamentos nos próximos seis meses e não acredita na mudança. O profissional, nesta fase, deve intervir proporcionando um clima de confiança e compreensão, através da nomeação de consequências negativas dos comportamentos delituosos, da explicação dos fatores de risco relacionados com a problemática, do apoio na expressão de emoções e deve suscitar a esperança, mantendo uma postura realista (Casey et al., 2005; Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurrin et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

Na Contemplanção, o indivíduo é ambivalente, reconhece que o comportamento criminal é um problema, expressa intenção/desejo de mudar, mas não tem um plano delineado. Está consciente dos benefícios da mudança, mas também dos seus obstáculos, oscilando entre a preocupação para mudar e os motivos para permanecer na mesma situação. Apresenta intenção para mudar no espaço de seis meses, acredita na possibilidade de mudança, no entanto, não a quer o suficiente para arriscar agir. O profissional, nesta fase, deve auxiliar na consciencialização para as vantagens da mudança, de forma a motivar o indivíduo a favor da mesma (Casey et al., 2005; Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurrin et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

Na Preparação/Decisão, o indivíduo expressa uma clara intenção de mudar, dentro de um mês, foca a sua atenção nas soluções e no futuro, e apresenta um plano concreto de mudança. O profissional, nesta fase, deve fomentar consciência sobre os comportamentos e auxiliar na avaliação das situações pessoais, ajudar na preparação do plano de mudança, identificar possíveis obstáculos e encontrar as respectivas soluções (Casey et al., 2005; Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurrin et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

Na Ação, o indivíduo procura a mudança concreta e modifica ativamente o comportamento, tipicamente por um período inferior a seis meses, sendo que as mudanças são visíveis para o meio envolvente. O profissional, nesta fase, deve estabelecer objetivos e metas concretas, desenvolver estratégias para a mudança comportamental, salientar as pequenas conquistas e auxiliar o indivíduo a utilizar os seus recursos para a concretização da mesma (Casey et al., 2005; Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurrin et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

Na Manutenção, o indivíduo mantém a mudança alcançada, demonstra maiores níveis de autoeficácia e resistência, aplica as estratégias de mudança aprendidas, aprecia as vantagens da mudança, mas pode haver necessidade de prevenir a recaída. O profissional, nesta fase, deve auxiliar na identificação de situações de risco, apoiar o indivíduo a manter os novos comportamentos e a validar as mudanças (Casey et al., 2005; Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurrin et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

Na Recaída, o indivíduo reincide, mas pode ser apenas temporário ou indicador do regresso ao início do ciclo, sendo considerada um padrão previsível e entendida como uma oportunidade de aprendizagem para futuras mudanças (Casey et al., 2005; Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurrin et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

O modelo orienta os profissionais a trabalhar com os delinquentes com a finalidade de promover a sua motivação para a mudança, ao invés de rotulá-los como resistentes e intratáveis (Casey et al., 2005; Yong et al., 2015).

## **Aliança de Trabalho e Motivação para a Mudança**

No contexto clínico, o desenvolvimento de uma aliança estável entre o terapeuta e o paciente interfere no progresso terapêutico, tanto nas mudanças a curto prazo, como nos resultados a longo prazo. Desta forma, uma relação consistente facilita a manutenção de mudanças cognitivas e comportamentais positivas. Em contrapartida, a ausência de uma aliança sólida aumenta a probabilidade de o progresso da intervenção ser lento (Florsheim et al., 2000).

A aliança de trabalho tem evoluído tanto no que concerne ao contexto clínico, como prisional e de reinserção social. Esta tem-se adaptado ao longo do tempo, sendo que as ligações interpessoais são fundamentais para o trabalho com ofensores. No entanto, poucas investigações têm estudado a dificuldade do desenvolvimento e manutenção de relações positivas com esta população e a necessidade de vínculos positivos no processo de mudança (Gelso, 2014; Lewis, 2016). Um trabalho relacional e a prática focada na mudança devem ser desenvolvidos num clima de apoio e crescimento e não num ambiente que aumente a probabilidade de rutura (Lewis, 2016).

A intervenção dos profissionais do sistema de justiça pretende desenvolver mudanças cognitivo-comportamentais que permitam o alcance de um percurso pró-social e afastado de comportamentos delinquentes (Pasyk et al., 2022; Polaschek & Ross, 2010; Kozar & Day, 2012). Especificamente, os jovens delinquentes estão mais dispostos a mudar, quando sentem que são ouvidos relativamente ao processo de intervenção, quando os objetivos definidos são adaptados às suas necessidades e quando as competências adquiridas são relevantes para o seu futuro (Lane et al., 2002). Acrescentar, desenvolvem uma maior motivação e passam à mudança comportamental, quando os técnicos são calorosos, empáticos, colaborativos e diretivos (Marshall & Serran, 2004; Ross et al., 2008).

Os técnicos consideram-se uma figura de suporte no processo de mudança dos jovens sinalizados em delinquência juvenil. Na sua perspetiva, o foco da intervenção é apoiar os jovens no processo de mudança, através da motivação para assumirem o controlo e acreditarem no seu potencial para mudar (Umamaheswar, 2012). Estes dão elevada importância à aliança de trabalho, referindo que, quando estabelecem uma relação positiva e um vínculo relacional, o jovem adere, mais facilmente, à intervenção e assume um papel ativo (Skeem et al., 2007).

Vários comportamentos dos profissionais auxiliam a motivar os delinquentes para a mudança, como fazer perguntas abertas, ser genuíno e identificar os custos e benefícios de determinadas ações. Quando o técnico demonstra flexibilidade, cordialidade e empatia, encoraja os educandos a adotar esse tipo de comportamentos (Marshall & Serran, 2004; Matthews & Hubbard, 2007; Polaschek & Ross, 2010; Skeem et al., 2007).

Os jovens institucionalizados consideram a qualidade da relação como fator potenciador do seu compromisso com a mudança, através do estabelecimento de motivação para ultrapassarem as dificuldades (Abrams, 2006, 2012; Healy, 2012; Lane et al., 2002). O estabelecimento de uma relação interpessoal sólida promove a concretização das normas estabelecidas, a motivação para a adesão à intervenção e o início e manutenção da mudança (Skeem et al., 2007).

A aliança de trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de competências assertivas na resposta a estímulos sociais e deve ocorrer num ambiente afetivo, compreensivo e controlado. Esta é fomentada pelo aconselhamento e tutoria, sendo considerada uma componente essencial para a ressocialização e o “motor da mudança” (Azevedo & Duarte, 2014; Lewis, 2016; Marshall & Serran, 2004; Mendonça, 2015).

De modo geral, o desenvolvimento de um vínculo saudável e uma relação de apoio pode aumentar a motivação para a mudança, com a criação de uma base segura para os indivíduos neste contexto difícil (Ansbro, 2008; Bressington et al., 2011; Horvath, 2000; Murphy & Baxter, 1997; Nijdam-Jones et al., 2015). Porém, a literatura demonstra falta de consenso relativamente à relação da aliança de trabalho com a motivação para a mudança, devido à falta de suporte empírico para a comprovação da sua eficácia (Burnett & McNeill, 2005).

### **O Presente Estudo**

Face à lacuna de estudos científicos desenvolvidos com jovens delinquentes que explorem a qualidade da aliança de trabalho, a sua motivação para a mudança e a associação entre ambas, quer em contexto internacional, quer em Portugal, o presente estudo tem como questão de investigação: “Será que existe associação entre a qualidade da aliança de trabalho e a motivação para a mudança em jovens delinquentes?”.

Especificamente, pretende-se analisar, do ponto de vista dos jovens institucionalizados, a qualidade da aliança de trabalho com o seu técnico e a satisfação

com uma sessão de acompanhamento. Adicionalmente, pretende-se analisar a sua motivação para a mudança psicossocial e comportamental e estabelecer uma relação entre esta e a qualidade da aliança de trabalho. Por fim, será ainda analisada a relação de cada uma destas variáveis com a idade dos jovens, assim como com o tempo de acompanhamento pelo técnico.



## Método

### Participantes

A amostra do estudo foi constituída por 23 jovens a cumprir Medida Tutelar Educativa num Centro Educativo da região de Lisboa, dos quais 12 (52.2%) eram do sexo feminino e 11 (47.8%) do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos ( $M=16.2$ ;  $DP=1.3$ ) (Tabela 1).

Tabela 1  
Dados Sociodemográficos ( $n=23$ )

		<i>n</i>	%
Sexo	Feminino	12	52.2
	Masculino	11	47.8
Idade	13-15 anos	6	26.1
	16-17 anos	13	56.5
	18 anos	4	17.4
Nacionalidade	Portuguesa	20	87
	Brasileira	2	8.7
	Angolana	1	4.3
Nível de Escolaridade	1º Ciclo	2	8.7
	2ª Ciclo	15	65.2
	3º Ciclo	6	26.1

Os 23 participantes cometeram factos qualificados como 11 tipos de crime – Crime de ofensa à integridade física, Crime de roubo, Crime de dano, Crime de furto, Crime de ameaça, Crime de tráfico de estupefacientes, Crime de injúria, Crime de coação, Crime de sequestro, Crime de condução de veículo automóvel sem habilitação legal e Crime de introdução em lugar vedado ao público – sendo que 10 jovens cometeram apenas um crime, cinco jovens cometeram dois crimes, um jovem cometeu três crimes, cinco jovens cometeram quatro crimes e dois jovens cometerem cinco crimes.

A cumprir Medida Tutelar de Internamento estavam 21 jovens (91.3%) e Medida Cautelar de Guarda dois jovens (8.7%), sendo que 18 cumpriam Regime Semiaberto (78.3%) e cinco Regime Aberto (21.7%). Na Fase Integração encontravam-se sete jovens (30.4%), na Fase Aquisição cinco jovens (21.7%), na Fase Consolidação sete jovens (30.4%) e na Fase Autonomia quatro jovens (17.4%). O tempo de medida

dos participantes diferia entre três e 30 meses ( $M=16.5$ ;  $DP=6.9$ ). O tempo de acompanhamento, pelo técnico, aos jovens com menos de 18 anos diferia entre sete e 630 dias ( $M=224$ ;  $DP=213.4$ ), ou seja, em média cerca de sete meses, e aos jovens com mais de 18 anos diferia entre 44 e 526 dias ( $M=324.8$ ;  $DP=237.3$ ), isto é, em média cerca de 11 meses.

## **Instrumentos**

### ***Inventário da Aliança Terapêutica (IAT)***

O Inventário da Aliança Terapêutica (IAT) de Machado & Horvath (1999), versão portuguesa do *Working Alliance Inventory* (WAI) de Horvath & Greenberg (1989), é um instrumento de autopreenchimento para os indivíduos com mais de 18 anos, que avalia a aliança de trabalho entre o jovem e o técnico através de 36 itens cotados por uma escala de tipo *Likert* de sete pontos (1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Ocasionalmente; 4 – Por vezes; 5 – Frequentemente; 6 – Muito Frequentemente; 7 – Sempre). À exceção dos itens 1, 3, 7, 9, 10, 11, 12, 15, 20, 27, 29, 31, 33 e 34 que são de cotação invertida (Horvath & Greenberg, 1989).

O total de itens é dividido em três subescalas que correspondem às três dimensões principais da aliança de trabalho, com base na conceptualização de Bordin (1980), “Vínculo” que avalia a ligação entre o jovem e o técnico (itens 1, 5, 8, 17, 19, 20, 21, 23, 26, 28, 29 e 36), “Tarefas” que avalia a concordância relativamente às tarefas a desenvolver no acompanhamento (itens 2, 4, 7, 11, 13, 15, 16, 18, 24, 31, 33 e 35) e “Objetivos” que avalia a concordância relativamente aos objetivos do acompanhamento (itens 3, 6, 9, 10, 12, 14, 22, 25, 27, 30, 32 e 34). A pontuação total obtém-se através da soma das pontuações das três subescalas, sendo que não existem pontos de corte e pontuações elevadas indicam alta qualidade da aliança (Horvath & Greenberg, 1989).

O questionário original apresenta um valor de Alfa de *Cronbach* de 0.92 para as subescalas “Vínculo” e “Tarefas”, sendo que no presente estudo averiguaram-se valores de 0.94 e de 0.84, respetivamente. Para a subescala “Objetivos” o valor original é de 0.89 e no presente estudo de 0.66. O valor do Alfa para o total de itens no questionário original é de 0.93 e no presente estudo confirmou-se um valor de 0.94 (Horvath & Greenberg, 1989).

### ***Working Alliance Inventory for Children and Adolescents (WAI-CA)***

O *Working Alliance Inventory for Children and Adolescents (WAI-CA)* de Figueiredo e colegas (2016), é uma adaptação do WAI para jovens até aos 17 anos, que tem como objetivo avaliar a aliança de trabalho entre os mesmos e os seus técnicos. Este contém 36 itens cotados através de uma escala de tipo *Likert* reduzida para cinco pontos (1 – Nunca; 2 – Por Vezes; 3 – Às Vezes; 4 – Muitas Vezes; 5 – Sempre), em que o seu vocabulário foi adaptado à fase de desenvolvimento e a sua estrutura simplificada (Figueiredo et al., 2016).

O total de itens é dividido em três subescalas que correspondem às três dimensões principais da aliança de trabalho, com base na conceptualização de Bordin (1980), “Vínculo” que avalia a ligação entre o jovem e o técnico (itens 1, 5, 8, 17, 19, 20, 21, 23, 26, 28, 29 e 36), “Tarefas” com base na concordância relativamente às tarefas a desenvolver no acompanhamento, (itens 2, 4, 7, 11, 13, 15, 16, 18, 24, 31, 33 e 35) e “Objetivos” que avalia a concordância relativamente aos objetivos do acompanhamento (itens 3, 6, 9, 10, 12, 14, 22, 25, 27, 30, 32 e 34). A pontuação total obtém-se através da soma das pontuações das três subescalas, sendo que não existem pontos de corte e pontuações elevadas indicam alta qualidade da aliança (Figueiredo et al., 2016; Horvath & Greenberg, 1989).

O questionário original apresenta um valor de Alfa de *Cronbach* de 0.73 para a subescala “Vínculo”, sendo que no presente estudo averiguou-se 0.92. Para a subescala “Tarefas” o valor original é de 0.79 e no presente estudo de 0.82. Para a subescala “Objetivos” o valor original é de 0.71 e no presente estudo de 0.64. O valor do Alfa para o total de itens no questionário original é de 0.89 e no presente estudo confirmou-se um valor de 0.93 (Figueiredo et al., 2016).

### ***University of Rhode Island Change Assessment (URICA)***

A *University of Rhode Island Change Assessment (URICA)*, versão portuguesa de Lopes e colegas (2011) adaptada de McConaughy e colegas (1983), é um instrumento de autopreenchimento que mede a motivação para a mudança dos jovens, através da investigação de quatro fases do Modelo Transteórico da Mudança de Prochaska e DiClemente (1983) (McConaughy et al., 1983).

Este é composto por 32 itens e cada fase é avaliada por um conjunto de 8 itens – “Pré-contemplação” (itens 1, 5, 11, 13, 23, 26, 29 e 31), “Contemplação” (itens 2, 4, 8,

12, 15, 19, 21 e 24), “Ação” (itens 3, 7, 10, 14, 17, 20, 25 e 30) e “Manutenção” (itens 6, 9, 16, 18, 22, 27, 28 e 32) – pontuados através de uma escala de Likert de três pontos (Discorda; Concorda; Concorda Totalmente), sendo possível identificar a(s) fase(s) predominante(s) através da(s) pontuação(ões) mais elevada(s) (Lopes et al., 2011; McConaughy et al., 1983).

O questionário original apresenta um valor de Alfa de *Cronbach* de 0.81 para a subescala “Pré-contemplação”, sendo que no presente estudo confirmou-se um valor de 0.79. Para a subescala “Contemplação” o valor original é de 0.80 e no presente estudo de 0.82. Para a subescala “Ação” o valor original é de 0.87 e no presente estudo de 0.77. Para a subescala “Manutenção” o valor original é de 0.74 e no presente estudo de 0.84 (Lopes et al., 2011).

### ***Session Rating Scale (SRS)***

A *Session Rating Scale* (SRS) de Duncan e colegas (2003) adaptada para utilização em Portugal no âmbito do presente estudo, com base na tradução de Durnescu (2020), é uma medida da aliança de trabalho ultrabreve, aplicada após uma sessão com o técnico e pretende avaliar o nível de satisfação do jovem com essa sessão.

Cada questão obtém uma pontuação de um a 10, de acordo com as temáticas “Relação”, “Objetivos e Tópicos”, “Abordagem e Método”, e “Geral”. A primeira classifica a sessão a partir de “Não me senti ouvido, compreendido e respeitado” até “Senti-me ouvido, compreendido e respeitado”. A segunda classifica a sessão a partir de “Não trabalhamos nem falámos sobre aquilo que eu queria trabalhar e falar” até “Trabalhamos e falámos sobre aquilo que eu queria trabalhar e falar”. A terceira classifica a sessão a partir de “A abordagem do técnico não se ajusta a mim” até “A abordagem do técnico ajusta-se a mim”. E, por fim, a quarta classifica a sessão a partir de “Faltou qualquer coisa na sessão de hoje” até “Em geral, hoje foi uma boa sessão” (Duncan et al., 2003).

A pontuação pode ascender a 40, sendo que qualquer pontuação inferior a 36 no total ou inferior a nove em cada escala específica, pode ser motivo de preocupação. O questionário original apresenta um valor de Alfa de *Cronbach* de 0.88 (Duncan et al., 2003), sendo que no presente estudo confirmou-se que o Alfa é de 0.70.

## Procedimento

A presente investigação foi aprovada pela Comissão de Ética da Egas Moniz. Previamente à recolha de dados, foram reunidos os consentimentos informados dos jovens com mais de 18 anos e dos tutores legais dos jovens menores de idade. A recolha de dados foi realizada em duas partes: consulta do Dossier Individual do Jovem para levantamento dos dados sociodemográficos (e.g., idade, sexo, nível de escolaridade) e institucionais (e.g., tempo de medida, tempo de acompanhamento); autopreenchimento dos instrumentos pelos jovens, em sala de aula com a presença de um formador e um membro da equipa de vigilância do Centro Educativo, em que foram explicados os objetivos da investigação e o que as respetivas escalas pretendiam medir. Todos os jovens responderam a todos os instrumentos, exceto o WAI-CA, aplicado apenas aos jovens com menos de 18 anos ( $N=19$ ), e o IAT, que apenas foi aplicado aos jovens com 18 ou mais anos ( $N=4$ ).

Todas as informações foram tratadas de forma a manter a confidencialidade, não foi recolhido nenhum dado de identificação e atribuiu-se um código a cada participante, reforçando-se o anonimato. Posteriormente à recolha de dados, recorreu-se ao programa de análise estatística *IBM SPSS Statistics*, para tratamento e análise dos dados de acordo com a concretização dos objetivos do estudo científico.



## Resultados

De acordo com os objetivos específicos do estudo, a fim de se analisar a qualidade da aliança de trabalho, a satisfação com a sessão e a motivação para a mudança, procederam-se a análises descritivas. Adicionalmente, para avaliar a relação destas variáveis entre si, assim como com a idade dos jovens e o tempo de acompanhamento pelo técnico, efetuaram-se cálculos do coeficiente de correlação de *Pearson*.

### Análises Descritivas

Inicialmente, de modo a caracterizar a amostra relativamente às pontuações totais obtidas em cada um dos instrumentos e respetivas subescalas, calcularam-se as suas médias através de uma estatística descritiva.

Na Tabela 2 estão presentes as pontuações médias obtidas no total do WAI-CA e respetivas subescalas. Relativamente à qualidade da aliança de trabalho, no geral, as pontuações variaram entre 116 e 175. A subescala “Vínculo” foi a única a obter a pontuação máxima possível e a média mais elevada, seguida da subescala “Tarefas” e, por fim, a subescala “Objetivos”.

Tabela 2  
*Análise descritiva do WAI-CA (n=19)*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
WAICA_Vínculo	51.8	7.9	37	60
WAICA_Tarefas	50	6.8	37	59
WAICA_Objativos	48.4	5.5	41	58
WAICA_Total	150.2	18.9	116	175

Na Tabela 3 encontram-se as pontuações médias obtidas no total do IAT e respetivas subescalas. No que concerne à qualidade da aliança de trabalho, no geral, as pontuações variaram entre 193 e 246 pontos. As subescalas “Vínculo” e “Tarefas” obtiveram a pontuação máxima possível. A subescala “Vínculo” obteve a média mais elevada, seguida da subescala “Tarefas” e, por fim, a subescala “Objetivos”.

Tabela 3  
*Análise descritiva do IAT (n=4)*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
IAT_Vínculo	77.5	10.5	62	84

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
IAT_Tarefas	76.3	7.1	68	84
IAT_Objetivos	71.5	7.7	63	78
IAT_Total	225.3	24.4	193	246

Na Tabela 4 estão descritas as pontuações médias obtidas para as subescalas da URICA. As subescalas “Pré-contemplação” e “Contemplação” obtiveram a pontuação máxima possível. A subescala “Pré-contemplação” obteve a média mais elevada e a subescala “Manutenção” a menor.

Tabela 4  
*Análise descritiva da URICA (n=23)*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
URICA_Pré- Contemplação	21.1	3.3	9	24
URICA_Contemplação	18.8	3.5	10	24
URICA_Ação	18.3	3.5	11	23
URICA_Manutenção	15	4.3	8	22

Na Tabela 5 encontram-se as pontuações médias obtidas no total da SRS e respetivos itens, pelo facto de cada item avaliar uma área específica da sessão. No que diz respeito ao nível de satisfação com uma sessão, as pontuações variaram entre 20 e 40 pontos. Todos os itens alcançaram a pontuação máxima possível, o item “Relação” obteve a média mais elevada e o item “Geral” a menor.

Tabela 5  
*Análise descritiva da SRS (n=23)*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
SRS_Relação	9.1	1.5	5	10
SRS_Objetivos e Tópicos	9	1.4	5	10
SRS_Abordagem e Método	8.8	1.8	5	10
SRS_Geral	8.2	2.6	0	10
SRS_Total	35.1	5.6	20	40

De seguida, correlacionaram-se os totais dos instrumentos e das respetivas subescalas, através do cálculo do coeficiente de correlação de *Pearson*, sendo que serão somente referidas as correlações estatisticamente significativas.

### **Correlações entre a Aliança de Trabalho e a Satisfação com a Sessão**

Tendo sido usadas dois instrumentos que visavam medir a qualidade da relação – WAI-CA/IAT e SRS – começou-se por averiguar o padrão de correlações entre os respetivos resultados. Como se pode observar na tabela 6, entre o WAI-CA e a SRS encontraram-se somente correlações positivas. Em específico, entre a subescala “Vínculo” do WAI-CA e o item “Objetivos e Tópicos” da SRS ( $p=.036$ ), o que significa que quando o valor da ligação entre o jovem e o técnico aumenta/diminui, a perceção de que os objetivos e tópicos da sessão foram adequados, aumenta/diminui simultaneamente. Tal como, entre a subescala “Tarefas” do WAI-CA e o item “Relação” da SRS ( $p=.046$ ), ou seja, quando aumenta/diminui a concordância relativamente às tarefas a desenvolver no acompanhamento, aumenta/diminui, simultaneamente, a perceção de que o técnico ouviu, compreendeu e respeitou o jovem durante a sessão. O mesmo se verificou entre esta subescala do WAI-CA e o item “Objetivos e Tópicos” da SRS ( $p=.032$ ), ou seja, a perceção de que os objetivos e tópicos da sessão foram adequados aumenta/diminui quando o acordo com as tarefas, também aumenta/diminui. A mesma subescala do WAI-CA também se correlaciona positivamente com a “Abordagem e Método” da SRS ( $p=.023$ ), ou seja, quando aumenta/diminui a concordância em relação às tarefas, aumenta/diminui, simultaneamente, a perceção de que a abordagem e método da sessão se ajustaram adequadamente ao jovem.

Na Tabela 6 observa-se também uma correlação positiva entre a subescala “Objetivos” do WAI-CA e o item “Relação” da SRS ( $p=.035$ ). Isto significa que, à medida que os valores da concordância relativamente aos objetivos do acompanhamento aumentam/diminuem, a perceção de que o técnico ouviu, compreendeu e respeitou o jovem durante a sessão, também aumenta/diminui. O mesmo se observa entre esta subescala do WAI-CA e o item “Abordagem e Método” da SRS ( $p=.018$ ), isto é, quando aumenta/diminui o valor do acordo com os objetivos, aumenta/diminui, em simultâneo, a perceção de que a abordagem e método do técnico, na sessão, se ajustaram adequadamente ao jovem. O total do WAI-CA e o item “Relação” da SRS ( $p=.033$ ) correlacionam-se positivamente, ou seja, quando aumenta/diminui a qualidade

da aliança de trabalho, no geral, também aumenta/diminui a percepção de que o técnico ouviu, compreendeu e respeitou o jovem durante a sessão. O total do WAI-CA também apresenta uma correlação positiva com o item “Objetivos e Tópicos” da SRS ( $p=.027$ ), ou seja, quando a qualidade da aliança aumenta/diminui, a percepção de que os objetivos e tópicos da sessão foram adequados aumenta/diminui simultaneamente. Por fim, o total do WAI-CA correlaciona-se positivamente com a “Abordagem e Método” da SRS ( $p=.020$ ), isto é, quando aumenta/diminui a qualidade da aliança, aumenta/diminui a percepção de que a abordagem e método da sessão se ajustaram adequadamente.

Não se observaram correlações significativas entre a subescala “Vínculo” do WAI-CA e os itens “Relação”, “Abordagem e Método”, “Geral” e o total da SRS, entre a subescala “Tarefas” do WAI-CA e o item “Geral” e o total da SRS, entre a subescala “Objetivos” do WAI-CA e os itens “Objetivos e Tópicos”, “Geral” e o total da SRS, e entre a pontuação total do WAI-CA e o item “Geral” e o total da SRS.

Entre as pontuações do IAT e SRS, obtiveram-se, igualmente, apenas correlações positivas. Especificamente, entre a subescala “Vínculo” do IAT e o item “Abordagem e Método” da SRS ( $p=.016$ ), ou seja, quando aumenta/diminui o valor da ligação entre o jovem e o técnico, aumenta/diminui, simultaneamente, a percepção de que a abordagem e método do técnico, na sessão, se ajustaram adequadamente ao jovem. Assim como entre esta subescala do IAT e o total da SRS ( $p=.042$ ), isto é, quando aumenta/diminui o valor do vínculo, aumenta/diminui a percepção de que a sessão, no geral, é benéfica (Tabela 6).

Não se observaram correlações significativas entre a subescala “Vínculo” do IAT e os itens “Relação”, “Objetivos e Tópicos” e “Geral” da SRS, entre a subescala “Tarefas” do IAT e nenhum item da SRS, entre a subescala “Objetivos” do IAT e nenhum item da SRS, e entre a pontuação total do IAT e nenhum item da SRS.

Tabela 6  
*Correlações entre as pontuações do WAI-CA e IAT com as pontuações da SRS*

	SRS_Relação	SRS_Objetivos e Tópicos	SRS_Abordagem e Método	SRS_Total
WAICA_Vínculo	ns	.483*	ns	ns
WAICA_Tarefas	.463*	.494*	.518*	ns
WAICA_Objetoivos	.485*	ns	.535*	ns

	SRS_Relação	SRS_Objetivos e Tópicos	SRS_Abordagem e Método	SRS_Total
WAICA_Total	.489*	.507*	.530*	ns
IAT_Vínculo	ns	ns	.984*	.958*

Nota. NS – Não Significativo

\* $p < .05$

### Correlações entre a Aliança de Trabalho e a Motivação para a Mudança

As correlações entre o WAI-CA, IAT e SRS com a URICA podem ser consultadas na Tabela 7. Tendo em consideração as pontuações entre o WAI-CA e a URICA verificaram-se unicamente correlações positivas. Especificamente, entre a subescala “Vínculo” do WAI-CA e as subescalas “Pré-contemplação” ( $p=.024$ ), “Contemplação” ( $p=.007$ ) e “Ação” ( $p=.014$ ) da URICA, ou seja, quando aumentam/diminuem os indicadores destes estados motivacionais, também aumenta/diminui o valor da ligação entre o jovem e o técnico. A adicionar, entre a subescala “Tarefas” do WAI-CA e as subescalas “Pré-contemplação” ( $p=.009$ ), “Contemplação” ( $p=.005$ ) e “Ação” ( $p=.002$ ) da URICA, isto é, quando aumentam/diminuem os indicadores destes estados motivacionais, também aumenta/diminui a concordância relativamente às tarefas a desenvolver no acompanhamento. Entre a subescala “Objetivos” do WAI-CA e a subescala “Pré-contemplação” da URICA ( $p=.011$ ), isto significa que, à medida que aumentam/diminuem os indicadores do estado motivacional “Pré-contemplação”, também aumenta/diminui a concordância com os objetivos a desenvolver no acompanhamento. Por fim, entre o total do WAI-CA e as subescalas “Pré-contemplação” ( $p=.008$ ), “Contemplação” ( $p=.007$ ) e “Ação” ( $p=.007$ ) da URICA, isto é, quando aumentam/diminuem os indicadores destes estados motivacionais, também aumenta/diminui a qualidade da aliança de trabalho, no geral.

Não se observaram correlações estatisticamente significativas entre a subescala “Manutenção” da URICA e as subescalas “Vínculo”, “Tarefas” e o total do WAI-CA, e entre a subescala “Objetivos” do WAI-CA e as subescalas “Contemplação”, “Ação” e “Manutenção” da URICA.

Em relação às pontuações entre o IAT e a URICA, na tabela 7, encontraram-se correlações positivas entre a subescala “Pré-contemplação” da URICA e a subescala

“Tarefas” do IAT ( $p=.005$ ), isto é, quando aumentam/diminuem os indicadores do estado motivacional “Pré-contemplação”, também aumenta/diminui a concordância relativamente às tarefas a desenvolver no acompanhamento. O mesmo se observou entre esta subescala da URICA e o total do IAT ( $p=.040$ ), ou seja, quando aumentam/diminuem os indicadores do estado motivacional “Pré-contemplação”, também aumenta/diminui a qualidade da aliança de trabalho, no geral.

Observaram-se correlações negativas entre a subescala “Manutenção” da URICA e a subescala “Tarefas” do IAT ( $p=.036$ ), o que significa que quando aumentam os indicadores do estado motivacional “Manutenção”, diminui a concordância relativamente às tarefas a desenvolver no acompanhamento. O mesmo se verificou entre esta subescala da URICA e a subescala “Objetivos” do IAT ( $p=.025$ ), ou seja, quando aumentam os indicadores deste estado motivacional, diminui a concordância relativamente aos objetivos. Por último, entre a mesma subescala da URICA e o total do IAT ( $p=.003$ ) também se encontrou uma correlação negativa, isto é, quando aumentam os indicadores deste estado motivacional, diminui a qualidade da aliança de trabalho, no geral (Tabela 7).

Não se observaram correlações estatisticamente significativas entre a subescala “Vínculo” do IAT e nenhuma subescala da URICA, entre a subescala “Tarefas” do IAT e as subescalas “Contemplação” e “Ação” da URICA, entre a subescala “Objetivos” do IAT e as subescalas “Pré-contemplação”, “Contemplação” e “Ação” da URICA, e entre a pontuação total do IAT e as subescalas “Contemplação” e “Ação” da URICA.

No que concerne às pontuações entre a SRS e a URICA, como se pode ver na tabela 7, verificaram-se apenas correlações positivas. Nomeadamente, entre o item “Relação” da SRS e a subescala “Ação” da URICA ( $p=.037$ ), o que revela que quando aumentam/diminuem os indicadores do estado motivacional “Ação”, também aumenta/diminui a percepção de que o técnico ouviu, compreendeu e respeitou o jovem durante a sessão. O mesmo se observou entre o item “Abordagem e Método” da SRS e as subescalas “Contemplação” ( $p=.041$ ) e “Ação” ( $p=.048$ ) da URICA. Isto significa que quando aumentam/diminuem os indicadores destes estados motivacionais, também aumenta/diminui a percepção de que a abordagem e método do técnico, na sessão, se ajustaram adequadamente ao jovem.

Não se observaram correlações estatisticamente significativas entre a subescala “Relação” da SRS e as subescalas “Pré-contemplação”, “Contemplação” e

“Manutenção” da URICA, entre a “Abordagem e Método” da SRS e as subescalas “Pré-contemplação” e “Manutenção” da URICA, entre as subescalas “Objetivos e Tópicos”, “Geral” e o total da SRS e nenhuma subescala da URICA.

Tabela 7

Correlações entre as pontuações do WAI-CA, IAT e SRS com as pontuações da URICA

	URICA_ Pré- Contemplação	URICA_ Contemplação	URICA_ Ação	URICA_ Manutenção
WAICA_Vínculo	.514*	.594**	.555*	ns
WAICA_Tarefas	.584**	.618**	.658**	ns
WAICA_Objjetivos	.571*	ns	ns	ns
WAICA_Total	.589**	.593**	.596**	ns
IAT_Tarefas	.995**	ns	ns	-.964*
IAT_Objjetivos	ns	ns	ns	-.975*
IAT_Total	.960*	ns	ns	-.997**
SRS_Relação	ns	ns	.437*	ns
SRS_Abordagem e Método	ns	.429*	.417*	ns

Nota. NS – Não Significativo

\*\* $p < .01$ ; \* $p < .05$

### Correlações com a Idade e com o Tempo de Acompanhamento

Não se procedeu à correlação entre a idade e as pontuações do IAT, pois os participantes não apresentaram variabilidade na faixa etária acima dos 18 anos (i.e., tinham todos 18 anos de idade). Não se encontraram quaisquer correlações estatisticamente significativas entre a idade e as pontuações do WAI-CA, da SRS ou da URICA.

Na análise das correlações com o tempo de acompanhamento pelo técnico, encontrou-se apenas uma correlação estatisticamente significativa negativa com a subescala “Tarefas” do IAT ( $r = -.952$ ;  $p = .048$ ). Não se verificaram correlações estatisticamente significativas entre o tempo de acompanhamento e as pontuações do WAI-CA, da SRS ou da URICA.



## Discussão

O presente estudo teve como questão de investigação: “Será que existe associação entre a qualidade da aliança de trabalho e a motivação para a mudança em jovens delinquentes?”. Tendo em consideração os objetivos da presente investigação, procedeu-se à análise da qualidade da aliança de trabalho entre os jovens a cumprir Medida Tutelar Educativa e os seus técnicos. Adicionalmente, procedeu-se à análise da motivação para a mudança psicossocial e comportamental destes jovens, assim como foi verificada a relação entre a aliança de trabalho e a motivação para a mudança. Por fim, averiguou-se a associação entre estas variáveis com a idade dos jovens e com o tempo de acompanhamento pelo técnico.

A qualidade da aliança de trabalho, no geral, é considerada elevada para estes jovens, com foco no vínculo entre o jovem e o técnico e a concordância relativamente às tarefas a desenvolver no acompanhamento. De igual modo, é elevado o nível de satisfação dos jovens relativamente à última sessão com os seus técnicos, que considera, em primeiro lugar, a relação com base na compreensão e respeito, seguida dos objetivos e tópicos abordados. Estes resultados são corroborados pelo estudo de Carvalho (2013), que concluiu que a relação dos jovens institucionalizados com os técnicos, é considerada um dos fatores mais importantes da sua intervenção.

As fases predominantes nesta amostra, no que concerne à motivação para a mudança, são a pré-contemplação e a contemplação, o que sugere que a maioria dos jovens não tem intenção de mudar e não reconhece a necessidade de mudança ou reconhece o problema, tenciona mudar, mas não tem um plano para alcançar esse objetivo. A investigação nesta área sugere exatamente que a maioria dos infratores se encontra nas duas primeiras fases de motivação para a mudança (Devereux, 2009; Polaschek & Ross, 2010) e pode vivenciar as fases de uma forma não linear, podendo saltar fases ou regressar a anteriores (Yong et al., 2015).

De acordo com os resultados da relação entre as principais variáveis em estudo, comprova-se que quando os valores da qualidade da aliança de trabalho com o técnico aumentam, a motivação para a mudança também aumenta. Estas conclusões revelam consonância com diversos estudos que apontam a aliança de trabalho como um bom indicador para a ressocialização e ocorrência de mudanças psicológicas e comportamentais significativas (e.g., Burnett & McNeill, 2005; Florsheim et al., 2000; Lewis, 2016; Polaschek & Ross, 2010).

No geral, a qualidade da aliança de trabalho é considerada fundamental para os educandos que se encontram nos primeiros três estados motivacionais, devido ao facto do técnico ter de intervir de forma a motivar o jovem a perceber as vantagens, desenvolver estratégias e concretizar a mudança. Estes resultados são corroborados pela literatura, que revela a importância do desenvolvimento de uma aliança de trabalho sólida para jovens delinquentes, nomeadamente os resistentes ao tratamento (Florsheim et al., 2000).

Em específico, os resultados demonstram que os indicadores da motivação para a mudança do jovem institucionalizado aumentam, consoante aumentam determinados aspetos da qualidade da relação com o seu técnico.

Particularmente, a força do vínculo com o técnico é fulcral quando os jovens se encontram nas primeiras duas fases de motivação para a mudança. Isto é, quando o jovem se encontra desmotivado ou reconhece o problema, mas não sabe como o alterar, é essencial que o técnico proporcione um clima de confiança e o auxilie a perceber a necessidade e vantagens da mudança. Tal como se verifica no estudo de Fitzpatrick e Irannejad (2008), o foco deve ser o vínculo, quando os adolescentes estão conscientes e interessados no problema, mas ainda não decidiram ou não sabem como mudar.

Considera-se, igualmente, importante ressaltar que o desenvolvimento de um vínculo saudável é fundamental na terceira fase de motivação para a mudança, quando o jovem procura a mudança concreta e modifica ativamente o comportamento. Tal como Ansbro (2008) destacou, o desenvolvimento de uma ligação forte, aumenta a probabilidade do ofensor, num contexto de supervisão, efetuar mudanças positivas.

Em adição, quando estes educandos estão em pré-contemplação, o consentimento relativamente aos objetivos e tarefas a realizar no acompanhamento é considerado imprescindível. Como Florsheim e colaboradores (2000) argumentam, a compreensão colaborativa dos objetivos terapêuticos é particularmente importante para os adolescentes que estão desmotivados para a mudança de comportamento. Polaschek e Ross (2010) também averiguaram que os indivíduos que se encontravam em pré-contemplação, desenvolveram uma aliança de trabalho eficaz, pois os terapeutas colaboraram efetivamente no desenvolvimento das tarefas e objetivos da terapia.

Quando o jovem é ambivalente relativamente à mudança do comportamento criminal ou quando efetiva mudanças visíveis, ou seja, quando se encontra em

contemplação ou ação, a concordância com o técnico sobre as tarefas a desempenhar durante o acompanhamento é essencial. Estes resultados são congruentes com a literatura, que afirma que o acordo com as tarefas é substancial para os jovens que estão em contemplação relativamente à mudança ou preparados para modificar os seus comportamentos (Fitzpatrick & Irannejad, 2008; Polaschek & Ross, 2010).

Em contraste, quando os jovens se encontram na fase de manutenção da mudança, ou seja, quando a mantêm e demonstram maiores níveis de autoeficácia, a qualidade da aliança de trabalho, no geral, e relativa à concordância com os objetivos e as tarefas do acompanhamento, diminui. Estes resultados estão de acordo com alguns estudos que mencionam que o desenvolvimento de uma nova identidade, típica da fase da adolescência, é um aspeto crucial para que não ocorra a reincidência (Zara & Farrington, 2015), assim como a procura de autonomia no que se refere à manutenção dos comportamentos adequados. Também, de acordo com o estudo de Fonseca (2018), na perspetiva dos técnicos, mais importante do que a manutenção dos comportamentos pró-sociais, é o desenvolvimento de uma nova identidade do jovem que possibilite a reintegração do mesmo na comunidade.

Tendo em consideração algumas investigações científicas, que argumentam a necessidade de o técnico estabelecer objetivos e metas específicas para a concretização da mudança (Casey et al., 2005; Hemphill & Howell, 2000), seria de se esperar que a concordância com os objetivos a desenvolver no acompanhamento estivesse associada aos estados motivacionais de contemplação e ação, o que não se verifica.

A acrescentar, comprova-se que a avaliação da satisfação do jovem institucionalizado com uma sessão de acompanhamento, prevê determinados indicadores da qualidade da aliança de trabalho com o técnico. Nomeadamente, quando o jovem considera que tem uma ligação positiva com o técnico, a perceção de que os objetivos e tópicos da sessão são adequados aumenta, assim como aumenta a perceção de que a sessão, no geral, é benéfica. Quando aumenta a concordância relativamente a tarefas e objetivos durante o acompanhamento, a satisfação do jovem com uma sessão de acompanhamento, no geral, aumenta simultaneamente. Quando a qualidade da relação é considerada elevada, a perceção de que o técnico compreendeu e respeitou o jovem durante a sessão aumenta, assim como aumenta a perceção de que a abordagem do técnico se ajustou adequadamente ao jovem. A satisfação com uma sessão de acompanhamento também se associa à motivação para a mudança. Em específico,

quando o jovem está na fase em que modifica ativamente o seu comportamento, percebe que o técnico, na sessão, o compreende e respeita, e que a abordagem e método se ajustam adequadamente às suas necessidades.

No que concerne à idade dos participantes, não foi encontrada associação nem com a aliança de trabalho nem com a motivação para a mudança. Um fator que poderá ser explicativo desta questão é a dimensão da amostra, que apresenta pouca variabilidade de idades e um número reduzido de educandos a representar cada faixa etária. Tendo em consideração as relações com o tempo de acompanhamento pelo técnico, verifica-se apenas que à medida que este aumenta, diminui a concordância relativamente às tarefas a realizar durante o acompanhamento. O que é corroborado pelo estudo de Horvath e Symonds (1991), que indica que a aliança de trabalho não aparenta ter ligação com a duração do tratamento.

### **Implicações Práticas**

A presente investigação foi inovadora devido ao facto de ter relacionado conceitos e instrumentos que ainda não tinham sido aplicados aos jovens institucionalizados em CE, com o objetivo específico de analisar a associação entre a qualidade da aliança de trabalho e a motivação para a mudança.

Os resultados demonstraram que, efetivamente, existe uma relação entre estes dois aspetos, comprovando o valor destas variáveis no processo de ressocialização dos jovens delinquentes. Assim, neste contexto, destaca-se a importância do papel dos técnicos para a alteração dos comportamentos desviantes e promoção de estratégias, ferramentas e mecanismos adequados.

Ao nível da intervenção, este estudo apresenta dados que permitem o desenvolvimento de protocolos e programas estruturados e delineados, de acordo com as necessidades específicas destes jovens. Especificamente, alerta para a importância do estabelecimento de relações entre técnico-educando, baseadas no apoio, respeito, confiança e empatia, de modo a promover a reeducação para o direito e motivar a reintegração social do jovem.

Além disso, considera-se fundamental a formação especializada dos profissionais do sistema de justiça juvenil, com foco em temáticas direcionadas para as características dos jovens, a importância do estabelecimento de um vínculo positivo e a

modificação dos comportamentos delinquentes para comportamentos pró-sociais, e respetiva manutenção destes.

### **Limitações do Estudo Empírico e Estudos Futuros**

Este estudo apresenta limitações ao nível da dimensão da amostra, que não pode ser considerada representativa da população do sistema tutelar educativo português. Apresenta uma restrição ao nível das respostas do IAT, visto que a amostra é bastante reduzida (somente quatro indivíduos) e não apresenta variabilidade na faixa etária (i.e., tinham todos 18 anos de idade). Adicionalmente, as respostas dos jovens aos questionários podem ter sido influenciadas pela desejabilidade social e pelo receio da divulgação dos resultados aos seus técnicos, não permitindo medir concretamente a relação entre as variáveis em estudo. A investigação revela, ainda, uma limitação relativamente aos baixos valores do Alfa de *Cronbach* para a subescala “Objetivos” do IAT e para a mesma subescala do WAI-CA, apresentando um fraco nível de consistência interna, o que deixa dúvidas sobre a precisão da medida deste construto.

Como sugestão para estudos futuros sugere-se comparar a perceção dos jovens institucionalizados relativamente à aliança de trabalho e motivação para a mudança, tendo em consideração o sexo. Também a realização de um estudo longitudinal, com o objetivo de verificar a associação entre a qualidade da aliança de trabalho e o nível de motivação para a mudança, seria pertinente para compreender quais os aspetos que evoluem e quais se mantêm estáveis. Acrescentar, seria interessante comparar a qualidade da aliança de trabalho, entre as fases da motivação para a mudança.



**Referências**

- Abrams, L. S. (2006). Listening to juvenile offenders: Can residential treatment prevent recidivism? *Child and Adolescent Social Work Journal*, 23(1), 61-85.  
<https://doi.org/10.1007/s10560-005-0029-2>
- Abrams, L. S. (2012). Envisioning life “On the Outs”: Exit narratives of incarcerated male youth. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56(6), 877-896. <https://doi.org/10.1177/0306624X11415042>
- Andrews, D. A., Bonta J., Hoge, R. D. (1990). Classification for effective rehabilitation: Rediscovering psychology. *Criminal Justice and Behavior* 17, 19-52.  
<https://doi.org/10.1177/0093854890017001004>
- Ansbro, M. (2008). Using attachment theory with offenders. *Probation Journal*, 55(3), 231-244. <https://doi.org/10.1177/0264550508092812>
- Asay, T. P., & Lambert, M. J. (1999). The empirical case for the common factors in therapy: Quantitative findings. In M. A. Hubble, B. L. Duncan, & S. D. Miller (Eds.), *The Heart and Soul of Change: What Works in Therapy* (23-55). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/11132-001>
- Askola, R., Nikkonen, M., Putkonen, H., Kylmä, J., & Louheranta, O. (2017). The therapeutic approach to a patient’s criminal offense in a forensic mental health nurse-patient relationship: The nurses’ perspectives. *Perspectives in Psychiatric Care*, 52(3), 164-174. <https://doi.org/10.1111/ppc.12148>
- Azevedo, T., & Duarte, V. (2014). Intervenção em Centro Educativo: Discursos a partir de dentro. *Configurações: Revista Ciências Sociais*, 13, 103-117.  
<https://doi.org/10.4000/configuracoes.2447>
- Barnao, M., Ward, T., & Casey, S. (2015). Looking beyond the illness: Forensic service users’ perceptions of rehabilitation. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(6), 1025-1045. <https://doi.org/10.1177/0886260514539764>
- Bonta, J., & Andrews, D. A. (2007). Risk-need-responsivity model for offender assessment and rehabilitation. *Rehabilitation*, 6(1), 1-22.  
<https://www.securitepublique.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/rsk-nd-rspnsvty/rsk-nd-rspnsvty-eng.pdf>
- Bordin, E. S. (1979). The generalizability of the psychoanalytic concept of the working alliance. *Psychotherapy: Theory, Research & Practice*, 16(3), 252-260.  
<https://doi.org/10.1037/h0085885>

- Bressington, D., Stewart, B., Beer, D., & MacInnes, D. (2011). Levels of service user satisfaction in secure settings: A survey of the association between perceived social climate, perceived therapeutic relationship and satisfaction with forensic services. *International Journal of Nursing Studies*, 48(11), 1349-1356.  
<https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2011.05.011>
- Burnett, R., & McNeill, F. (2005). The place of the officer-offender relationship in assisting offenders to desist from crime. *Probation Journal*, 52(3), 221-242.  
<https://doi.org/10.1177/0264550505055112>
- Carvalho, M. (2000). Violência urbana e juventude: O problema da delinquência juvenil. *Infância e Juventude*, 3, 27-47.
- Carvalho, M. (2003). *Entre as Malhas do desvio. Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências*. Celta Editora.  
<https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/paine156/mariajoaoleotecarvalho.pdf>
- Carvalho, M. (2013). Delinquência infantil e juvenil e justiça em Portugal: Uma questão de olhar (es)!. *Seminários Mundos Juvenis/Tema do Mês*, 3-4.
- Casey, S., Day, A., & Howells, K. (2005). The application of the transtheoretical model to offender populations: Some critical issues. *Legal and Criminological Psychology*, 10(2), 157-171. <https://doi.org/10.1348/135532505X36714>
- Coffey, M. (2006). Researching service user views in forensic mental health: A literature review. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 17(1), 73-107.  
<https://doi.org/10.1080/14789940500431544>
- Conde, R., & Teixeira, S. (2017). Histórias de vida de jovens delinquentes: O contributo da investigação qualitativa para a compreensão da delinquência juvenil. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, 3.
- Connors, G. J., Carroll, K. M., DiClemente, C. C., Longabaugh, R., & Donovan, D. M. (1997). The therapeutic alliance and its relationship to alcoholism treatment participation and outcome. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65(4), 588-598. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.65.4.588>
- Day, A., Bryan, J., Davey, L., & Casey, S. (2006). The process of change in offender rehabilitation programmes. *Psychology, Crime & Law*, 12, 473-487.  
<https://doi.org/10.1080/10683160500151209>

- Decreto-lei n.º 323-D/2000, de 20 de Dezembro. *Regulamento geral e disciplinar dos centros educativos*. Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa: Ministério Público.  
[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=544&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=544&tabela=leis)
- Devereux, R. (2009). Motivating offenders to attend (and benefit from) rehabilitative programmes: The development of a Short Motivational Programme within New Zealand’s Department of Corrections. *Journal of the New Zealand College of Clinical Psychologists*, 19(3), 6-14.  
<https://nzccp.co.nz/assets/Uploads/Motivating-offenders-to-attend-rehabilitative-programmes.pdf>
- DiGiuseppe, R., Linscott, J., & Jilton, R. (1996). Developing the therapeutic alliance in child—adolescent psychotherapy. *Applied and Preventive Psychology*, 5(2), 85-100. [https://doi.org/10.1016/S0962-1849\(96\)80002-3](https://doi.org/10.1016/S0962-1849(96)80002-3)
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). (2023). *Justiça Juvenil*.  
<https://dgrsp.justica.gov.pt/>
- Dowden, C., & Andrews, D. A. (2004). The importance of staff practice in delivering effective correctional treatment: A meta-analytic review of core correctional practice. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 48(2), 203-214. <https://doi.org/10.1177/0306624X03257765>
- Dowling, J., Hodge, S., & Withers, P. (2018). Therapists’ perceptions of the therapeutic alliance in “Mandatory” therapy with sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 24(3), 326-342. <https://doi.org/10.1080/13552600.2018.1535139>
- Duarte, V., Santos, M. S., Cruz, O., & Grangeia, H. (2015). *Delinquência Juvenil: Explicações e Implicações*. Sociedade e Segurança.  
[https://repositorio.umaia.pt/bitstream/10400.24/566/1/2015\\_Duarte%20et%20al.\\_L.pdf](https://repositorio.umaia.pt/bitstream/10400.24/566/1/2015_Duarte%20et%20al._L.pdf)
- Durnescu, I. (2020). *Core Correctional Skills: The Training Kit*. Ars Docendi.
- Duncan, B. L., Miller, S. D., Sparks, J. A., Claud, D. A., Reynolds, L. R., Brown, J., & Johnson, L. D. (2003). The Session Rating Scale: Preliminary psychometric properties of a “working” alliance measure. *Journal of Brief Therapy*, 3(1), 3-12.  
[https://www.researchgate.net/profile/Scott-Miller-32/publication/254093433\\_The\\_Session\\_Rating\\_Scale\\_Preliminary\\_Psychometric\\_Properties\\_of\\_a\\_Working\\_Alliance\\_Measure/links/0f317538912cb16115000/The-Session-Rating-Scale-Preliminary-Psychometric-Properties-of-a-Working-Alliance-Measure.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Scott-Miller-32/publication/254093433_The_Session_Rating_Scale_Preliminary_Psychometric_Properties_of_a_Working_Alliance_Measure/links/0f317538912cb16115000/The-Session-Rating-Scale-Preliminary-Psychometric-Properties-of-a-Working-Alliance-Measure.pdf)

- Farrington, D. (1992). Criminal career research in the United Kingdom. *Brit. J. Criminology*, 32, 521-536.  
<https://troublesofyouth.pbworks.com/f/Crim%20Careers%20research%20in%20the%20UK.pdf>
- Farrington, D. P., Ttofi, M. M., & Piquero, A. R. (2016). Risk, promotive, and protective factors in youth offending: Results from the Cambridge study in delinquent development. *Journal of Criminal Justice*, 45, 63-70.  
<https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.02.014>
- Ferreira, P. M. (1997). «Delinquência juvenil», família e escola. *Análise Social*, 32(3) 913-924.  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793968M7uDQ9ah6Bb71JL6.pdf>
- Figueiredo, B., Dias, P., Lima, V. S., & Lamela, D. (2016). Working Alliance inventory for children and adolescents (WAI-CA). *European Journal of Psychological Assessment*. Hogrefe Publishing. <https://doi.org/10.1027/1015-5759/a000364>
- Fitzpatrick, M. R., & Irannejad, S. (2008). Adolescent readiness for change and the working alliance in counseling. *Journal of Counseling & Development*, 86(4), 438-445. <https://doi.org/10.1002/j.1556-6678.2008.tb00532.x>
- Florsheim, P., Shotorbani, S., Guest-Warnick, G., Barratt, T., & Hwang, W. (2000). Role of the working alliance in the treatment of delinquent boys in community-based programs. *Journal of Clinical Child Psychology*, 29(1), 94-107.  
[https://doi.org/10.1207/S15374424jccp2901\\_10](https://doi.org/10.1207/S15374424jccp2901_10)
- Follette, W. C., Naugle, A. E., & Callaghan, G. M. (1996). A radical behavioral understanding of the therapeutic relationship in effecting change. *Behavior Therapy*, 27(4), 623-641. [https://doi.org/10.1016/S0005-7894\(96\)80047-5](https://doi.org/10.1016/S0005-7894(96)80047-5)
- Fonseca, B. A. (2018). Perceções, vínculo e papel dos Técnicos de Reinserção Social para a mudança de jovens ofensores (Tese de Mestrado). Universidade do Minho.
- Gelso, C. (2014). A tripartite model of the therapeutic relationship: Theory, research, and practice. *Psychotherapy Research*, 24(2), 117-131.  
<https://doi.org/10.1080/10503307.2013.845920>
- Greenwood, P. (2008). Prevention and intervention programs for juvenile offenders. *The Future of Children*, 185-210. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ815085.pdf>
- Gudjonsson, G. H., Young, S., & Yates, M. (2007). Motivating mentally disordered offenders to change: Instruments for measuring patients' perception and

- motivation. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 18(1), 74-89.  
<https://doi.org/10.1080/14789940601063261>
- Harder, A. T., Knorth, E. J., & Kalverboer, M. E. (2013). A secure base? The adolescent–staff relationship in secure residential youth care. *Child & Family Social Work*, 18(3), 305-317. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2012.00846.x>
- Healy, D. (2012). Advise, assist and befriend: Can probation supervision support desistance?. *Social Policy and Administration*, 46(4), 377-394.  
<https://doi.org/10.1111/j.1467-9515.2012.00839.x>
- Hemphill, J. F., & Howell, A. J. (2000). Adolescent offenders and stages of change. *Psychological Assessment*, 12(4), 371-381. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.12.4.371>
- Holmqvist, R., Hill, T., & Lang, A. (2007). Treatment alliance in residential treatment of criminal adolescents. *Child & Youth Care Forum*, 36, 163-178.  
<https://doi.org/10.1007/s10566-007-9037-z>
- Horvath, A. O. (2000). The therapeutic relationship: From transference to alliance. *Journal of Clinical Psychology*, 56(2), 163-173.  
[https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4679\(200002\)56:2<163::AID-JCLP3>3.0.CO;2-D](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4679(200002)56:2<163::AID-JCLP3>3.0.CO;2-D)
- Horvath, A. O., & Greenberg, L. S. (1989). The development and validation of the Working Alliance Inventory. *Journal of Counseling Psychology*, 36, 223-233.  
<https://doi.org/10.1037/0022-0167.36.2.223>
- Horvath, A. O., & Symonds, D. (1991). Relation between working alliance and outcome in psychotherapy: A meta-analysis. *Journal of Counseling Psychology*, 38(2), 139-149. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.38.2.139>
- Hutz, C. S. (2002). *Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção*. Casa do Psicólogo.
- Ireland, T. O., Smith, C. A., & Thornberry, T. P. (2002). Developmental issues in the impact of child maltreatment on later delinquency and drug use. *Criminology*, 40(2), 359-400. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1745-9125.2002.tb00960.x>
- Kennealy, P. J., Skeem, J. L., Manchak, S. M., & Eno Louden, J. (2012). Firm, fair, and caring officer-offender relationships protect against supervision failure. *Law and Human Behavior*, 36(6), 496-505. <https://doi.org/10.1037/h0093935>

- Koehler, J. A., Lösel, F., Akoensi, T. D., & Humphreys, D. K. (2013). A systematic review and meta-analysis on the effects of young offender treatment programs in Europe. *Journal of Experimental Criminology*, 9, 19-43.  
<https://doi.org/10.1007/s11292-012-9159-7>
- Kozar, C. J., & Day, A. (2012). The therapeutic alliance in offending behavior programs: A necessary and sufficient condition for change?. *Aggression and Violent Behavior*, 17(5), 482-487. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.07.004>
- Labrecque, R. M., Schweitzer, M., & Smith, P. (2014). Exploring the perceptions of the offender-officer relationship in a community supervision setting. *Journal of Criminal Justice Research*, 1, 31-46. <https://multco-web7-psh-files-usw2.s3.amazonaws.com/s3fs-public/labrecque%20article.pdf>
- Lanctôt, N., Lemieux, A., & Mathys, C. (2016). The value of a safe, connected social climate for adolescent girls in residential care. *Residential Treatment for Children & Youth*, 33(3-4), 247-269.  
<https://doi.org/10.1080/0886571X.2016.1207218>
- Lane, J., Lanza-Kaduce, L., Frazier, C. E., & Bishop, D. M. (2002). Adult versus juvenile sanctions: Voices of incarcerated youths. *Crime & Delinquency*, 48(3), 431-455. <https://doi.org/10.1177/0011128702048003004>
- Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro. *Lei Tutelar Educativa*. Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa: Ministério Público.  
[https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=542&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=542&tabela=leis)
- Levy, R. K. (1997). The transtheoretical model of change: An application to bulimia nervosa. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 34(3), 278-285.  
<https://doi.org/10.1037/h0087651>
- Lewis, S. (2016). Therapeutic correctional relationships: Theory, research and practice. In S. Farrall, R. Burnett, T. LeBel, M. Halsey, F. McNeill, S. Maruna, G. Robinson, & N. Godfrey (Eds.), *International Series on Desistance and Rehabilitation* (4-30). Routledge.
- Lipsey, M. W. (2009). The primary factors that characterize effective interventions with juvenile offenders: A meta-analytic overview. *Victims and Offenders*, 4(2), 124-147. <https://doi.org/10.1080/15564880802612573>
- Lipsey, M. W., & Wilson, D. B. (2001). The way in which intervention studies have “personality” and why it is important to meta-analysis. *Evaluation & the Health Professions*, 24(3), 236-254. <https://doi.org/10.1177/016327870102400302>

- Lopes, P., Prieto, G., Delgado, A., Gamito, P., & Trigo, H. (2011). Análise das qualidades psicométricas da URICA utilizando o Modelo de Rasch. *Revista Toxicodependências*, 17(3), 47-64.
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Frias, G. (1998). Crime e insegurança. *Sub Judice, Justiça e Sociedade*, (13), 51-59.
- Luborsky, L., Rosenthal, R., Diguier, L., Andrusyna, T. P., Berman, J. S., Levitt, J. L., Seligman, D. A., & Krause, E. D. (2002). The dodo bird verdict is alive and well—Mostly. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 9, 2-12.  
<https://doi.org/10.1093/clipsy.9.1.2>
- Magalhães, M. J., Pontedeira, C., Guerreiro, A., & Ribeiro, P. M. (2016). CENAS. IGUALDADE - Programa de Prevenção da Violência e Delinquência Juvenil. UMAR.
- Mann, R. E., Ginsburg, J., & Weekes, J. R. (2002). Motivational interviewing with offenders: A systematic review. In M. McMurrin (Ed.), *Motivating Offenders to Change: A Guide to Enhancing Engagement in Therapy* (87-102). Wiley.  
<https://doi.org/10.1348/135532508X278326>
- Marshall, L. A., & Adams, E. A. (2018). Building from the ground up: Exploring forensic mental health staff's relationships with patients. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 29(5), 744-761.  
<https://doi.org/10.1080/14789949.2018.1508486>
- Marshall, W. L., & Serran, G. A. (2004). The role of the therapist in offender treatment. *Psychology, Crime & Law*, 10(3), 309-320.  
<https://doi.org/10.1080/10683160410001662799>
- Masten, A. S., & Cicchetti, D. (2016). Resilience in development: Progress and transformation. *Developmental psychopathology*, 4(3), 271-333.
- Matthews, B., & Hubbard, D. (2007). The helping alliance in juvenile probation: The missing element in the “what works” literature. *Journal of Offender Rehabilitation*, 45(1-2), 105-122. [https://doi.org/10.1300/J076v45n01\\_09](https://doi.org/10.1300/J076v45n01_09)
- Mathys, C. (2017). Effective components of interventions in juvenile justice facilities: How to take care of delinquent youths?. *Children and Youth Services Review*, 73, 319-327. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.01.007>
- McConaughy, E. A., Prochaska, J. O., & Velicer, W. F. (1983). Stages of change in psychotherapy: Measurement and sample profiles. *Psychotherapy: Theory, Research & Practice*, 20(3), 368. <https://doi.org/10.1037/h0090198>

- McMurrin, M., Tyler, P., Hogue, T., Cooper, K., Dunseath, W., & McDaid, D. (1998). Measuring motivation to change in offenders. *Psychology, Crime and Law*, 4, 43-50. <https://doi.org/10.1080/10683169808401746>
- McMurrin, M., & Ward, T. (2004). Motivating offenders to change in therapy: An organizing framework. *Legal and Criminological Psychology*, 9(2), 295-311. <https://doi.org/10.1348/1355325041719365>
- McNeill, F. (2001). Developing effectiveness: Frontline perspectives. *Social Work Education*, 20(6), 671-687. <https://doi.org/10.1080/02615470120089843>
- Mendonça, P. (2015). *Olhar a vida em Três Registos: Percorso de Jovens em Centro Educativo* (Tese de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Educativas.
- Ministério da Administração Interna (MAI). (2022). *Relatório Anual de Segurança Interna 2022*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2022->
- Moffitt, T. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behaviour: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674-701. [https://ibs.colorado.edu/jessor/psych7536-805/readings/moffitt-1993\\_674-701.pdf](https://ibs.colorado.edu/jessor/psych7536-805/readings/moffitt-1993_674-701.pdf)
- Mulvey, E. P., Schubert, C. A., & Odgers, C. A. (2010). A method for measuring organizational functioning in juvenile justice facilities using resident ratings. *Criminal Justice and Behavior*, 37(11), 1255-1277. <https://doi.org/10.1177/0093854810380186>
- Murphy, C. M., & Baxter, V. A. (1997). Motivating batterers to change in the treatment context. *Journal of Interpersonal Violence*, 12, 607-619. <https://doi.org/10.1177/088626097012004009>
- Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Delinquência juvenil: Uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicología*, 13(2), 69-77. <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v13n2/v13n2a07.pdf>
- Nijdam-Jones, A., Livingston, J. D., Verdun-Jones, S., & Brink, J. (2015). Using social bonding theory to examine 'recovery' in a forensic mental health hospital: A qualitative study. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 25(3), 157-168. <https://doi.org/10.1002/cbm.1918>

- Oliveira, P. A. (2011). *Atitudes e Crenças Antissociais na Delinquência Juvenil: Diferenças em função da idade, do género e do padrão antissocial* (Tese de Mestrado). Universidade do Porto.
- Olver, M. E., Stockdale, K. C., & Wormith, J. S. (2011). A meta-analysis of predictors of offender treatment attrition and its relationship to recidivism. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 79*(1), 6. <https://doi.org/10.1037/a0022200>
- Orsi, M. M., Lafortune, D., & Brochu, S. (2010). Care and control: Working alliance among adolescents in authoritarian settings. *Residential Treatment for Children & Youth, 27*(4), 277-303. <https://doi.org/10.1080/0886571X.2010.520637>
- Pasyk, V. S., Green, A., & Cairns, S. (2022). The working alliance and readiness to change in clients who have criminally offended. *Psychology, Crime & Law, 1-16*. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2022.2037592>
- Prado, O. Z., & Meyer, S. B. (2004). Relação terapêutica: A perspectiva comportamental, evidências e o inventário de aliança de trabalho (WAI). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 6*(2), 201-209. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v6i2.57>
- Prochaska, J. O., & DiClemente, C. C. (1982). Transtheoretical therapy: Toward a more integrative model of change. *Psychotherapy: Theory, Research & Practice, 19*(3), 276-288. <https://doi.org/10.1037/h0088437>
- Prochaska, J. O., & DiClemente, C. C. (1983). Stages and processes of self-change of smoking: Toward an integrated model of change. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 51*, 390-395. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.51.3.390>
- Prochaska, J. O., & DiClemente, C. C. (1986). Toward a comprehensive model of change. In W. R. Miller & N. Heather (Eds.), *Treating Addictive Behaviours: Process of Change* (3-27). Plenum Press. [https://doi.org/10.1007/978-1-4613-2191-0\\_1](https://doi.org/10.1007/978-1-4613-2191-0_1)
- Paparozi, M. A., & Gendreau, P. (2005). An intensive supervision program that worked: Service delivery, professional orientation, and organizational supportiveness. *The Prison Journal, 85*(4), 445-466. <https://doi.org/10.1177/0032885505281529>
- Patterson, C. H. (1984). Empathy, warmth, and genuineness in psychotherapy: A review of reviews. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training, 21*(4), 431-438. <https://doi.org/10.1037/h0085985>

- Polaschek, D. L., & Ross, E. C. (2010). Do early therapeutic alliance, motivation, and stages of change predict therapy change for high-risk, psychopathic violent prisoners?. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 20(2), 100-111.  
<https://doi.org/10.1002/cbm.759>
- Rex, S. (1999). Desistance from offending: Experiences of probation. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 38(4), 366-383. <https://doi.org/10.1111/1468-2311.00141>
- Robinson, G. (2005). What works in offender management. *Howard Journal of Criminal Justice*, 44(3), 307-318. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2311.2005.00374.x>
- Ross, E. C., Polaschek, D. L., & Ward, T. (2008). The therapeutic alliance: A theoretical revision for offender rehabilitation. *Aggression and violent behavior*, 13(6), 462-480. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2008.07.003>
- Ryals, J. (2011). Liberated voices: Juvenile offenders' perceptions of the therapeutic relationship. *Journal of Theoretical and Philosophical Criminology*, 3(2), 1-26.  
<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=cf2d456ec86331439e6292a859fccc714e373877>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2005). A life-course view of the development of crime. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 602(1), 12-45. <https://doi.org/10.4324/9781315094908-13>
- Schubert, C. A., Mulvey, E. P., Loughran, T. A., & Losoya, S. H. (2012). Perceptions of institutional experience and community outcomes for serious adolescent offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 39(1), 71-93.  
<https://doi.org/10.1177/0093854811426710>
- Simões, C., Matos, M. G., & Batista-Foguet, J. M. (2008). Juvenile delinquency: Analysis of risk and protective factors using quantitative and qualitative methods. *Cognition, Brain, Behavior: An Interdisciplinary Journal*, XII(4), 389-408. [https://www.researchgate.net/profile/Margarida-Matos-2/publication/233382167\\_Juvenile\\_delinquency\\_Analysis\\_of\\_risk\\_and\\_protective\\_factors\\_using\\_quantitative\\_and\\_qualitative\\_methods/links/59637999aca2728c11205194/Juvenile-delinquency-Analysis-of-risk-and-protective-factors-using-quantitative-and-qualitative-methods.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margarida-Matos-2/publication/233382167_Juvenile_delinquency_Analysis_of_risk_and_protective_factors_using_quantitative_and_qualitative_methods/links/59637999aca2728c11205194/Juvenile-delinquency-Analysis-of-risk-and-protective-factors-using-quantitative-and-qualitative-methods.pdf)
- Skeem, J. L., Eno Loudon, J., Polaschek, D., & Camp, J. (2007). Assessing relationship quality in mandated community treatment: Blending care with control.

- Psychological Assessment*, 19(4), 397-410. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.19.4.397>
- Smith, P., Gendreau, P., & Swartz, K. (2009). Validating the principles of effective intervention: A systematic review of the contributions of meta-analysis in the field of corrections. *Victims & Offenders*, 4(2), 148-169. <https://doi.org/10.1080/15564880802612581>
- Steinberg, L. (2008). A social neuroscience perspective on adolescent risk-taking. *Developmental Review*, 28(1), 78-106. <https://doi.org/10.4324/9781315096278-19>
- Stouthamer-Loeber, M., Wei, E. H., Homish, D. L., & Loeber, R. (2002). Which family and demographic factors are related to both maltreatment and persistent serious juvenile delinquency?. *Children's Services: Social Policy, Research, and Practice*, 5(4), 261-272. [https://doi.org/10.1207/S15326918CS0504\\_3](https://doi.org/10.1207/S15326918CS0504_3)
- Teplin, L. A., Abram, K. M., McClelland, G. M., Dulcan, M. K., & Mericle, A. A. (2002). Psychiatric disorders in youth in juvenile detention. *Archives of General Psychiatry*, 59(12), 1133-1143. <https://doi.org/10.1001/archpsyc.59.12.1133>
- Umamaheswar, J. (2012). Bringing hope and change: A study of youth probation officers in Toronto. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 57(9), 1158-1182. <https://doi.org/10.1177/0306624X12445986>
- Van der Helm, G. H., Wissink, I. B., De Jongh, T., & Stams, G. J. (2013). Measuring treatment motivation in secure juvenile facilities. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 57(8), 996-1008. <https://doi.org/10.1177/0306624X12443798>
- Velicer, W. F., Prochaska, J. O., Fava, J. L., Norman, G. J., & Redding, C. A. (1998). Smoking cessation and stress management: Applications of the transtheoretical model of behaviour change. *Homeostasis*, 38, 216-233. [https://www.researchgate.net/profile/Wayne-Velicer/publication/232550193\\_Smoking\\_cessation\\_and\\_stress\\_management\\_Applications\\_of\\_the\\_Transtheoretical\\_Model\\_of\\_behavior\\_change/links/0fcfd50b6759dc0e3c000000/Smoking-cessation-and-stress-management-Applications-of-the-Transtheoretical-Model-of-behavior-change.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Wayne-Velicer/publication/232550193_Smoking_cessation_and_stress_management_Applications_of_the_Transtheoretical_Model_of_behavior_change/links/0fcfd50b6759dc0e3c000000/Smoking-cessation-and-stress-management-Applications-of-the-Transtheoretical-Model-of-behavior-change.pdf)
- Ward, T., Melsner, J., & Yates, P. M. (2007). Reconstructing the Risk–Need–Responsivity model: A theoretical elaboration and evaluation. *Aggression and Violent Behavior*, 12(2), 208-228. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2006.07.001>

- Watson, R., Daffern, M., & Thomas, S. (2018). The impact of sex offender's interpersonal style, treatment readiness and the therapeutic alliance on treatment gain. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 29(4), 635-655.  
<https://doi.org/10.1080/14789949.2018.1432673>
- Williamson, P., Day, A., Howells, K., Bubner, S., & Jauncey, S. (2003). Assessing offender readiness to change problems with anger. *Psychology, Crime and Law*, 9(4), 295-307. <https://doi.org/10.1080/1068316031000073371>
- Wolfe, B. E., & Goldfried, M. R. (1988). Research on psychotherapy integration: Recommendations and conclusions from an NIMH workshop. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56(3), 448-451.  
<https://doi.org/10.1037/0022-006X.56.3.448>
- Yong, A. D., Williams, M. W., Provan, H., Clarke, D., & Sinclair, G. (2015). How do offenders move through the stages of change?. *Psychology, Crime & Law*, 21(4), 375-397. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2014.989166>
- Zara, G., & Farrington, D. (2015). *Criminal Recidivism: Explanation, Prediction and Prevention*. Willan. <https://doi.org/10.4324/9780203083451>